



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

*Versão para registro histórico*

*Não passível de alteração*

CPI - PETROBRAS			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 1630/15	DATA: 01/09/2015	
LOCAL: Foro da Seção Judiciária do Paraná	INÍCIO: 09h49min	TÉRMINO: 12h54min	PÁGINAS: 77

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
CÉSAR RAMOS ROCHA - EX-DIRETOR DA ODEBRECHT. ANTONIO NABOR AREIAS BULHÕES - ADVOGADO. ROGERIO SANTOS DE ARAUJO - EXECUTIVO DA ODEBRECHT. FLÁVIA RAHAL BRESSER PEREIRA - ADVOGADA. MÁRCIO FARIA DA SILVA - DIRETOR DA ODEBRECHT. ALEXANDRINO DE SALLES RAMOS DE ALENCAR - EX-DIRETOR DA ODEBRECHT. MARCELO BAHIA ODEBRECHT - PRESIDENTE DA ODEBRECHT. CELSO ARARIPE D'OLIVEIRA - EX-GERENTE DE EMPREENDIMENTOS DA PETROBRAS NO ESPÍRITO SANTO.

SUMÁRIO
---------

Tomada de depoimento.
-----------------------

OBSERVAÇÕES
-------------

Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis. Houve intervenções ininteligíveis. Há termos ininteligíveis.
--



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Cumpridas as normas regimentais, declaro aberta a 47ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a prática de atos ilícitos e irregulares no âmbito da Empresa Petróleo Brasileiro S/A — PETROBRAS, entre os anos de 2005 e 2015, relacionados a superfaturamento e gestão temerária na construção de refinarias no Brasil; à constituição de empresas subsidiárias e sociedades de propósito específico pela PETROBRAS com o fim de praticar atos ilícitos; ao superfaturamento e gestão temerária na construção e afretamento de navios de transporte, navios-plataforma e navios-sonda; a irregularidades na operação da companhia Sete Brasil e na venda de ativos da PETROBRAS na África — CPI - PETROBRAS.

Ordem do dia.

A presente reunião destina-se a audiência pública para tomada de depoimento dos Srs.: César Ramos Rocha, Rogério Santos de Araújo, Márcio Faria da Silva; Alexandrino de Salles Ramos de Alencar, Marcelo Bahia Odebrecht, Celso Araripe D'Oliveira.

Examinando os requerimentos de convocação para esta assentada e considerando a condição de presos que ora se impõe a todos os depoentes, em face da contribuição que poderão dar aos objetivos desta investigação, informo que os depoentes serão ouvidos na condição de investigados, sendo-lhes garantidos os direitos constitucionais.

Convido, primeiramente, o Sr. César Ramos Rocha, que foi convocado através de aprovação do Requerimento 897, de 2015, do Deputado Ivan Valente. (Pausa.)

Advirto que V.Sa. será ouvido na qualidade de investigado, tendo em vista o teor dos requerimentos aprovados, sendo-lhe garantidos todos os direitos constitucionais inerentes à sua condição, inclusive o de permanecer em silêncio e o de ser assistido pelo seu defensor constituído.

Informo a V.Sa. que a sua colaboração para a elucidação dos fatos certamente terá efeito nas conclusões desta CPI e que a versão apresentada nesta assentada poderá atrair para V.Sa. outros benefícios que a lei lhe garante.

Peço a atenção das senhoras e dos senhores para as normas estabelecidas no Regimento Interno da Casa: o tempo concedido ao convidado será de até 20



minutos, prorrogáveis a juízo da Comissão, não podendo ser apartado. Os Deputados interessados em interpelá-lo deverão inscrever-se previamente junto à Secretaria.

Com a palavra, por até 20 minutos, o Sr. César Ramos Rocha.

**O SR. CÉSAR RAMOS ROCHA** - Bom dia! Nos termos assegurados pelo Supremo, eu vou exercer o direito de permanecer em silêncio.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Concedo a palavra ao Relator desta CPI, Deputado Luiz Sérgio.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - O Presidente, Deputado Hugo Motta, tem a prerrogativa de levar com que esta reunião, esta audiência possa ser fechada, possa ser secreta. Então, eu pergunto se, sendo fechada, sendo uma audiência secreta, e, dependendo da pergunta feita, se V.Sa. estaria com disposição, dependendo do teor da pergunta, de responder algumas das indagações feitas.

**O SR. CÉSAR RAMOS ROCHA** - Como eu disse, Excelência, vou permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Enquanto Relator, o que se constitui fator importante para mim são exatamente a respostas das indagações. Se o Sr. César Ramos Rocha opta pelo direito constitucional de ficar em silêncio, e até porque há muitos que às vezes estão perguntando, não é, que o depoente resolver ficar em silêncio aqui, mas muitos, mesmo na interrogação em juízo, têm optado por permanecer em silêncio. Então, não é uma opção que alguns estão fazendo apenas na audiência pública da CPI. Ontem mesmo a informação que obtivemos é de que o José Dirceu ficou em silêncio aqui e ficou em silêncio na interrogação que lhe foi feita. Então, se essa é uma posição já firmada pelo Sr. César Ramos, eu vou apenas deixar registradas na Taquigrafia as perguntas e as indagações que faria, e retorno a palavra para V.Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Inclusive, chega a este Presidente *fax* do Supremo Tribunal Federal, com decisão do Exmo. Sr. Ministro Teori Zavascki, que deferiu pedido de liminar no *Habeas Corpus* nº 130.087 para garantir aos pacientes, convocados por esta CPI, Srs. Alexandrino de Salles Ramos de Alencar; César Ramos Rocha, a quem nós estamos ouvindo agora; Marcelo Bahia Odebrecht; Márcio Faria da Silva; e Rogério Santos de Araújo, o direito de



*“serem assistidos por advogado e de, com este, comunicar-se, podendo seus defensores intervirem verbalmente, quando se tornar necessário, observadas as normas regimentais que disciplinam os trabalhos das Comissões Parlamentares de Inquérito; não serem obrigados a assinar o termo de compromisso de dizer a verdade, sem sofrer com isso qualquer medida privativa de liberdade; e não se autoincriminarem.”*

Assim como também chegou outro fax do Eminentíssimo Ministro Teori Zavascki que deferiu pedido de extensão dos efeitos da liminar concedida nos autos do *Habeas Corpus* nº 127.538 para garantir ao depoente Celso Araripe D’Oliveira os direitos de *“ser assistido por advogado e de, com este, comunicar-se, não ser obrigado a assinar termo de compromisso de dizer a verdade, sem sofrer com isso qualquer medida privativa de liberdade; e não se autoincriminar.”*

Então, os seis convocados que a CPI escuta na manhã de hoje têm aqui *habeas corpus* concedidos pelo Supremo Tribunal Federal.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Sr. Presidente, diante da decisão do Supremo que V.Exa. acabou de ler, acho que é uma decisão que permite aos advogados intervirem, e isso significa falar em audiências da CPI. Isso é um fato relevante, porque em muitas audiências públicas até aqui, os advogados pediram para interferir. Isso foi objeto de certo debate entre os membros da CPI, com a interpretação de que os advogados não poderiam fazer uma intervenção, apenas conversar com a pessoa que estava depondo.

Essa liminar do Supremo está resolvendo um debate entre nós, mas criando uma jurisprudência, a meu ver, diferente dos procedimentos que a CPI tinha tido até aqui. Era apenas para fazer esse registro. É um fato que foge aqui da nossa decisão, vem de uma liminar do Supremo Tribunal Federal, mas, a meu ver, ela cria nova jurisprudência.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Um aparte, Relator: ela cria uma jurisprudência, mas faz efeito apenas para quem está ali listado. Quer dizer, também não precisamos admitir isso como verdade em outros casos que não aqueles listados para essa liminar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - E a intervenção só será permitida se alguma norma regimental ou aquilo que o Supremo Tribunal Federal



garantiu através da sua decisão não estiver sendo cumprido. Se isso não estiver acontecendo, a palavra fica apenas com os Parlamentares.

Com a palavra o Deputado Altineu Côrtes, Primeiro Sub-Relator, para fazer os seus questionamentos.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTE**S - Sr. Presidente, mais uma vez enfrentamos essa questão de um depoente usar o direito de ficar calado, mas a liminar lhe dá o direito de não se incriminar — o senhor poderia falar.

Sr. César, o senhor, como Diretor Financeiro da Odebrecht, qual é o nível de conhecimento que tinha sobre as propinas que foram pagas pela Odebrecht?

**O SR. CÉSAR RAMOS ROCHA** - Eu vou permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTE**S - O senhor tratou com o Sr. Alberto Youssef sobre pagamento de propinas no exterior?

**O SR. CÉSAR RAMOS ROCHA** - Eu vou permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTE**S - Quem é Naruto?

**O SR. CÉSAR RAMOS ROCHA** - Eu vou permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTE**S - Eu só vou fazer um comentário e vou registrar as minhas perguntas.

Sr. César, a Odebrecht é uma companhia que foi muito respeitada, até pelo seu tamanho, é a maior construtora do Brasil. Mas o senhor perde aqui a maior oportunidade, pública, de entrar para a história do País. O senhor vai demonstrar e vai continuar demonstrando que é um homem de grande confiança da Odebrecht, porque toda a propina que a Odebrecht pagou passou pelo conhecimento do senhor. O senhor sabe tudo o que aconteceu aqui no Brasil e no exterior. E se o senhor usar esse microfone para falar, o senhor vai entrar para a história do Brasil como aquele que contou a verdade. E, se o senhor não fizer isso, calando-se aqui e na Justiça, o senhor vai pegar alguns anos de cadeia, assim como o Marcos Valério fez, porque, por todo poderio que a Odebrecht tem, para ela não é possível conseguir resolver os problemas na Justiça brasileira. Há o trabalho do Dr. Sérgio Moro, do Ministério Público Federal, da Polícia Federal. São inúmeros fatos, são inúmeras provas.

O senhor não acha que poderia contribuir agora, respondendo? Quem dava a ordem para o senhor fazer os depósitos das propinas das licitações desse cartel que assaltou a Odebrecht?



**O SR. CÉSAR RAMOS ROCHA** - Eu vou permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Então, Sr. Presidente, não adianta insistir. Eu tinha várias perguntas aqui. O Sr. César Ramos Rocha é um nome central, porque toda a propina da Odebrecht, como Diretor Financeiro, passou pelas mãos dele. Eu tenho certeza de que a Justiça sabe disso e saberá dar o peso necessário na hora do seu julgamento.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - O Deputado Bruno Covas, próximo Sub-Relator, tem a palavra.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Bom dia a todos e ao Sr. César Ramos Rocha!

Vou tentar fazer, então, algumas perguntas que não incriminem. Quantas vezes o senhor esteve com Alberto Youssef?

**O SR. CÉSAR RAMOS ROCHA** - Eu vou permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Não! É uma pergunta até simples; por exemplo, eu posso dizer: *“Eu estive duas vezes: uma aqui, em Curitiba, ouvindo ele; e outra em Brasília, também o ouvindo na CPI”*. O senhor não poderia nem dizer pelo menos quantas vezes esteve com ele?

**O SR. CÉSAR RAMOS ROCHA** - Eu vou permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - O senhor conhece a Construtora Del Sur?

**O SR. CÉSAR RAMOS ROCHA** - Eu vou permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Sr. Presidente, dado o silêncio da testemunha, eu vou encaminhar as demais perguntas por escrito.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Peço à Mesa a lista de inscrição para que eu possa obedecer à ordem de inscrição.

O autor do requerimento está ausente.

O Deputado Valmir Prascidelli, que é Sub-Relator, tem a palavra.

Desculpe-me, Deputado.



**O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI** - Sr. Presidente, também vou tentar fazer umas duas perguntas, considerando a possibilidade de o depoente responder.

Sr. César, o senhor, como diretor financeiro, evidente que fazia tratativas do fluxo financeiro da empresa e também do cálculo, imagino eu, dos preços praticados pela empresa. Há, segundo os depoentes, ou havia, segundo os depoentes, uma cobrança de valores que chegavam a 3%. O senhor tem ideia ou sabia como se chegavam a esses valores?

**O SR. CÉSAR RAMOS ROCHA** - Eu vou permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI** - Eles existiam de fato, ou esse cálculo era feito pelas empresas, como os delatores comentaram? Existia um cartel de empresas? O senhor participava disso ou não?

**O SR. CÉSAR RAMOS ROCHA** - Permanecerei em silêncio.

**O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI** - Bom, Sr. Presidente, considerando que ele está permanecendo em silêncio, eu não prosseguirei com as demais perguntas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

O autor do requerimento, Deputado Ivan Valente, está ausente.

Vamos ao primeiro inscrito, Deputado Delegado Waldir, a quem concedo a palavra.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhores advogados, Sr. César Rocha, jornalistas, brasileiros e brasileiras que nos assistem neste momento, eu vou dirigir ao Sr. César algumas perguntas que acho importantes. O senhor é o diretor financeiro da maior construtora do Brasil, com repercussão aqui dentro e fora do País. Eu gostaria de saber do senhor — e nós questionamos aqui nesta CPI, na Câmara, e o povo brasileiro não para de falar nisso — sobre a questão da impunidade. O senhor algum dia imaginava estar atrás das grades, sendo diretor da maior empresa brasileira, movimentando os maiores valores, com um patrão que está entre os dez mais ricos do mundo ou do País? O senhor esperava estar atrás das grades, neste momento, em cadeia nacional, colocando a sua família nesse vexame?

**O SR. CÉSAR RAMOS ROCHA** - Permanecerei em silêncio.



**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - O.k. Eu vou adiantar. O nobre Deputado Altineu Côrtes já falou da questão dos apelidos: Naruto.

Sr. Presidente, nós vemos que surgiram vários apelidos durante as investigações: Naruto, Moch, mas o que mais chama a atenção é o Brahma. Eu queria saber se o senhor esteve com o Brahma várias vezes? O senhor toma Brahma? O senhor esteve com o Brahma várias vezes? Destinou ao Brahma “pixuleco” ou dindin? O senhor era a pessoa responsável pela distribuição do dinheiro. O senhor sabe quem é o Brahma? O senhor distribuiu propina ou “pixuleco” para o Brahma?

**O SR. CÉSAR RAMOS ROCHA** - Permanecei em silêncio.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - O.k. O senhor hoje se acha um presidiário diferente daquele preso comum, que rouba o cidadão nas ruas? Vocês roubaram o povo brasileiro, tiraram dinheiro da segurança, da saúde, da educação, vocês construíram presídios. E esse presídio que vocês construíram hoje serve para abrigá-los. O senhor se sente um preso diferenciado, que deve ter um tratamento diferenciado? Vejo aqui nas audiências, eu participei de diversas audiências como testemunhas, lá o preso ia com traje comum, e vejo que o senhor vem aqui e está tranquilo, balançando na cadeira, parece despreocupado, com terno bacana, de marca e camisa também. O senhor se sente um preso diferenciado? Parece-me extremamente tranquilo para quem responde a várias ações penais. O senhor se sente um preso diferenciado, e acha que nós devemos melhorar a condição dos presídios? A Odebrecht foi responsável pela construção de diversos presídios.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Peço que conclua, Deputado.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - O senhor se acha um preso diferenciado, que deve ter um tratamento diferente?

**O SR. CÉSAR RAMOS ROCHA** - Permanecerei em silêncio.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Sr. Presidente, só para encerrar, a última pergunta.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Para concluir.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - O senhor ganhava também adicional em seus salários em razão da propina que repassava para cada uma das pessoas envolvidas na maior operação hoje? O senhor é considerado membro de



uma organização criminosa. O senhor recebia um adicional por cada dinheiro que repassava de propina?

**O SR. CÉSAR RAMOS ROCHA** - Permanecerei em silêncio.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Próximo inscrito, Deputado Aluisio Mendes. V.Exa. tem a palavra.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Obrigado, Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Vice-Presidente.

Sr. César, eu vou fazer algumas perguntas bem simples, que não iriam implicar em nada na sua defesa durante essa ação penal. Há quantos anos o senhor é funcionário da Norberto Odebrecht?

**O SR. CÉSAR RAMOS ROCHA** - Permanecerei em silêncio.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Em relação ao cargo de Diretor Financeiro, o senhor está há quantos anos como Diretor Financeiro da empresa?

**O SR. CÉSAR RAMOS ROCHA** - Permanecerei em silêncio, Excelência.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Bom, é uma pena, Sr. Presidente. Eu acho que são perguntas que não iriam comprometer em nada a defesa do depoente. Mas, já que ele não quer colaborar, eu vou encaminhar as nossas perguntas para a CPI.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Deputado Alberto Filho, V.Exa. tem a palavra

**O SR. DEPUTADO ALBERTO FILHO** - Sr. Presidente, bom dia! Bom dia, Deputados! Bom dia, demais presentes aqui desta reunião da nossa CPI!

Como já foi visto, o depoente vai permanecer em silêncio, mas eu quero aqui apenas registrar algumas perguntas. As demais eu irei encaminhar à Mesa por escrito. Mas eu queria deixar registrado aqui e indagar ao depoente que em diversos depoimentos, até mesmo em delação premiada, foi citado o Clube das Empreiteiras, que servia para direcionar licitações da PETROBRAS.

Eu indago a V.Sa. se V.Sa. tem conhecimento dos fatos envolvendo esse cartel de direcionamento de licitações e se houve participação da Odebrecht nesse Clube das Empreiteiras. V.Sa. tem conhecimento desse Clube das Empreiteiras?

**O SR. CÉSAR RAMOS ROCHA** - Permanecerei em silêncio.



**O SR. DEPUTADO ALBERTO FILHO** - Quero registrar aqui também e indagar ao depoente se V.Sa. tinha conhecimento de reuniões que eram feitas na sede da Associação Brasileira de Engenharia Industrial, onde essas empresas se reuniam também para combinar direcionamento de licitações da PETROBRAS? V.Sa. já participou, teve conhecimento dessas reuniões na sede da ABEME?

**O SR. CÉSAR RAMOS ROCHA** - Permanecerei em silêncio.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO FILHO** - Sr. Presidente, as demais perguntas eu quero encaminhar por escrito para a Mesa e me dou por satisfeito.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Com a palavra o Deputado Celso Pansera.

**O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA** - Bom dia a todos, depoentes, Deputados, imprensa, todos os presentes!

Sr. Presidente, eu queria registrar que nós do PMDB temos feito um trabalho bem exaustivo em relação a esta CPI, tanto que nós temos três titulares, todos estão aqui em Curitiba hoje, reforçando o trabalho, a importância que tem esta CPI da PETROBRAS para o Brasil e para o Congresso Nacional.

Agora, diante desses novos *habeas corpus*, a gente tem, de fato, que fazer uma avaliação de qual o papel institucional das CPIs. Virou até, de certa forma, uma certa banalização criar CPIs. Qualquer denúncia surgida na imprensa, qualquer assunto que surge sempre tem uma tentativa de se instalar uma CPI. Este ano já foram instaladas nove CPIs. E existe até dentro do Congresso um debate sobre qual o papel que as CPIs devem cumprir efetivamente dentro do contexto da Justiça brasileira.

Nós estivemos com o Ministro Celso de Mello, com o Ministro Teori Zavascki, que relata as questões afeitas ao processo da Lava-Jato e quem, inclusive, proferiu esses *habeas corpus* de hoje, e há uma preocupação de entender o papel das CPIs. E, da parte do Supremo, haveria uma visão de que as CPIs não podem entrar em investigação criminal, até porque não é o feitiço do Congresso. O Congresso Nacional tem que pegar esses tipos de ações e de acontecimentos, como, por exemplo, a questão de lavagem de dinheiro, que foi uma ação que a gente tratou bastante, fazer oitivas, investigar nessa área e ver aquilo que o Congresso tem que sugerir de



mudança na questão, por exemplo, da lavagem de dinheiro. Nós temos outros assuntos que nós entramos e que eu acho que o nosso relatório tem que entrar.

Mas também nós temos que fazer, Sr. Presidente, uma avaliação sobre os papéis da CPI e até se nós não deveríamos sugerir algum tipo de alteração na legislação que conduz o processo das CPIs, para ver qual o papel efetivamente que a Câmara, que o Senado, que o Congresso Nacional tem que ter dentro das CPIs.

Por que isso? Porque nós estamos diante de um fato relevante. O que aconteceu na PETROBRAS é relevante, o que aconteceu na PETROBRAS altera a vida das pessoas, altera a vida da economia brasileira.

Diante disso, qual é o papel que o Congresso tem para desenvolver dentro de uma CPI e depois sugerir alterações que venham melhorar a legislação brasileira.

Então, Sr. Presidente, nós do PMDB elaboramos um conjunto de questionário para todos os convocados nesta assentada, vamos subscrever as nossas perguntas à Taquigrafia e, ao longo deste dia de hoje, sugerir também algumas alterações e alguns encaminhamentos.

Nós julgamos importante que a CPI já comece a se preocupar com a elaboração do relatório final e modificações na legislação brasileira, aperfeiçoamento na legislação brasileira, visto que nós temos um conjunto de novos institutos, criados pela legislação recente, particularmente na questão jurídica, na questão criminal, e que o Congresso tem que se dedicar, tem que estudar e propor saídas. Esta CPI é um bom momento, é um bom lugar para poder contribuir muito para o Brasil, a partir de um relatório consistente e propostas consistentes de novas legislações.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Com a palavra o Deputado Carlos Andrade.

**O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE** - Bom dia a todos!

Sr. Presidente, quero cumprimentar o Dr. César, o Dr. Nabor, que o acompanha nesta CPI. Podemos observar que o Dr. César não está muito disposto a contribuir, a falar, mas eu gostaria de fazer o registro de um comentário e de uma pergunta.



Sr. César, se V.Sa. era apelidado de Naruto por Alberto Youssef, certamente era próximo dele. A minha pergunta é: o senhor se sente traído ou afirma que as declarações de Alberto Youssef são caluniosas acerca da sua pessoa?

**O SR. CÉSAR RAMOS ROCHA** - Permanecerei em silêncio.

**O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE** - O senhor sabe que ficar calado não inocenta ninguém. Sei que o senhor está acobertado pela Constituição, está assegurado. Pelo contrário, havendo provas e denúncias contra o senhor, o silêncio é consentimento com a condenação.

Como não é uma pergunta, Sr. Presidente, não tenho perguntas, até porque não vai acrescentar em nada ao depoimento.

Muito obrigado.

**O SR. ANTÔNIO NABOR AREIAS BULHÕES** - Eminente Presidente, seria possível V.Exa. me conceder a palavra, por 1 minutinho, para uma questão de ordem?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Pois não.

**O SR. ANTÔNIO NABOR AREIAS BULHÕES** - É só para esclarecer o verdadeiro escopo da decisão do Supremo Tribunal Federal. Eu o faço também em nome do nosso eminente colega, Dr. Renato de Moraes, grande advogado brasileiro, que também nos acompanha nesta assentada.

Eminente Presidente, o Supremo Tribunal Federal concedeu *habeas corpus* com essa finalidade, e não porque o convocado tenha do que se autoincriminar. É que o Supremo tem a compreensão, que foi muito bem destacada anteriormente, de que não cabe à Comissão Parlamentar de Inquérito investigar matéria criminal. O convocado está submetido ao processo criminal, na esfera própria, que é o Poder Judiciário. Então, essa competência não pode ser deslocada para uma CPI, que tem atribuições constitucionais relevantíssimas de aperfeiçoar as instituições através da legislação.

Então, na realidade, eminente Deputado, quando nesta assentada o convocado não se manifesta, isso não quer dizer que ele não está se manifestando porque ele tem algo de que se autoincriminar. Não, ele está cumprindo uma decisão do Supremo Tribunal Federal. A esfera própria da investigação criminal é o processo criminal. Então, ele não pode antecipar, salvo com prejuízo para a sua defesa, numa



sessão da CPI, o que seria o conteúdo da sua defesa. Então, é uma questão de natureza institucional. O Ministro Celso de Mello, e disse muito bem o Deputado, tem essa preocupação e a tem expressado em numerosos precedentes da Suprema Corte.

Por exemplo, Sr. Presidente, é uma contribuição, inclusive, à reflexão, se V.Exa. me permitir, só adiantando, num minutinho, com a vênua do eminente Relator, o Supremo Tribunal Federal tem dito que, por exemplo, em sessão pública da CPI não se pode revelar dados de um processo criminal. Tem várias decisões expressivas nesse sentido. Então, isso não desmerece o Congresso nem a CPI. A CPI tem um trabalho notável. Os senhores têm uma enorme contribuição a dar ao País no aperfeiçoamento da legislação, no funcionamento das estatais, na relação com o Governo, na relação com os empresários.

Mas a matéria criminal é submetida à esfera competencial própria. Então, quando o Supremo concede uma medida liminar com essa conformação, ele não tem outro propósito senão observar a independência e a separação dos Poderes, reconhecendo no Congresso Nacional a grande relevância que ele tem, inclusive pela atuação das suas Comissões Parlamentares de Inquérito.

É só esse registro, eminente Presidente, para bem traduzir o sentido da decisão do Supremo. E também, Sr. Presidente, se me permitir, até para abreviar o trabalho da CPI, quando o Supremo concedeu a medida liminar, ele assegura ao convocado o direito de invocar o silêncio sem ser submetido a constrangimento.

Então, eminente Presidente, eu peço atenção especial, até peço que os eminentes Parlamentares atentem para a circunstância de que o convocado que comparece perante a CPI é um cidadão, é um ser humano. Ele está acusado criminalmente, num contexto de um sistema constitucional que garante a presunção de inocência de todos, Deputados, cidadãos, de todos nós, e, portanto, ele não pode, por invocar um direito assegurado pelo Supremo, ser ofendido, Sr. Presidente.

Então, eu gostaria que os eminentes Deputados respeitassem a incolumidade do convocado. Eles não podem chamá-lo de ladrão, disso, daquilo; isso ofende a dignidade da pessoa humana.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Doutor, doutor...



**O SR. ANTONIO NABOR AREIAS BULHÕES** - Sr. Presidente, eu só queria fazer esse registro, dando-me por satisfeito.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Tenho um respeito muito grande pelo senhor, e em nenhum momento algum Parlamentar faltou com o respeito, pelo menos com o Sr. César, e nós vamos aqui cumprir integralmente a decisão do Supremo Tribunal Federal.

A CPI vem a Curitiba cumprir o seu papel. Nós sabemos que essas divergências colocadas pela defesa, cumprindo o seu papel constitucional, e elas devem e são colocadas, têm o nosso respeito. Agora, enquanto Presidente dos trabalhos, na hora em que eu notar que essa decisão do Supremo está sendo desrespeitada, com certeza eu agirei de maneira firme e respeitosa com os Parlamentares, que até então têm se comportado aqui, de maneira, em nossa avaliação, não só respeitosa, mas querendo, acima de tudo, que a CPI possa produzir.

E, como o senhor falou, a questão de a CPI não ter por parte decisões já dadas pelo Supremo Tribunal Federal, o art. 58, § 3º, da Constituição, fala sobre o seguinte:

*“As Comissões Parlamentares de Inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos Regimentos das respectivas Casas, serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, mediante requerimento de um terço de seus membros, para apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.”*

Então, a CPI está aqui totalmente acobertada pela Constituição Federal.

Deputado Augusto Coutinho, gostaria de fazer uso da palavra?

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Sr. Presidente, só um adendo, em que pese a palavra aqui do doutor, quero também lembrar que a mesma Constituição também garante o direito de liberdade ao Parlamentar. Então, quer dizer, também é um direito consagrado, e nós estamos aqui exercendo esse direito de palavra dado pela Constituição, inclusive resguardado pelo voto popular que nos trouxe ao



Parlamento e que garante a todos nós não apenas a tribuna da Casa, mas, em todo momento, exercendo essa atribuição, de falar o que a gente bem entende.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Com a palavra o Deputado Augusto Coutinho.

**O SR. DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO** - Sr. Presidente, eu ia permanecer calado, porque estou vendo que não adianta, mas tem uma pergunta que, de todo jeito, ficará o nosso registro.

Sr. César, tem sido dito, constantemente, que era uma prática na PETROBRAS, para se conseguir algum tipo de serviços e obras, que tinha de entrar e dar dinheiro para a Diretoria da PETROBRAS. O senhor tem conhecimento disso?

**O SR. CÉSAR RAMOS ROCHA** - Eu permanecerei em silêncio.

**O SR. DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO** - Bom, Sr. Presidente, fica aí o nosso registro apenas, e respeitando aí a decisão do Supremo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Não havendo mais Parlamentares inscritos, eu dispenso o convocado.

**O SR. CÉSAR RAMOS ROCHA** - Obrigado. Bom dia a todos!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - E já convido o Sr. Rogério Santos de Araújo.

Advirto que V.Sa. será ouvido na qualidade de investigado, tendo em vista o teor dos requerimentos aprovados e também a decisão judicial proferida no *habeas corpus* impetrado em seu favor. Ser-lhe-ão garantidos todos os direitos constitucionais inerentes à sua condição, inclusive o de permanecer em silêncio e ser assistido pelo seu defensor constituído.

Informo a V.Sa. que a sua colaboração para a elucidação dos fatos certamente terá efeito nas conclusões desta CPI e que a versão apresentada nesta assentada poderá atrair para V.Sa. outros benefícios que a lei lhe garante.

Peço a atenção das senhoras e dos senhores para as normas estabelecidas no Regimento Interno da Casa.

O tempo concedido ao convocado será de até 20 minutos, prorrogáveis a juízo da Comissão, não podendo ser aparteados. Os Deputados interessados em interpellá-lo deverão inscrever-se previamente junto à secretaria.



Com a palavra, por até 20 minutos, o Sr. Rogério Santos de Araújo.

**O SR. ROGÉRIO SANTOS DE ARAÚJO** - Bom dia! Nos termos assegurados pelo Supremo, eu vou me reservar o direito de permanecer em silêncio.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Com a palavra o Deputado Luiz Sérgio, Relator desta CPI.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Sr. Rogério, V.Sa. tem a oportunidade de explicar a esta Comissão os motivos pelos quais se encontra preso. Poderia relatar a sua versão dos fatos? Considera-se injustiçado?

**O SR. ROGÉRIO SANTOS DE ARAÚJO** - Excelência, desculpe-me, mas eu vou me manter em silêncio.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Sr. Presidente, como eu tenho procedido em todos os depoimentos que optam pelo silêncio, como isso não traz nenhuma contribuição ao relatório que eu vou apresentar à Comissão, devolvo a palavra a V.Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Dando seguimento, o primeiro Sub-Relator é o Deputado Altineu Côrtes. V.Exa. tem a palavra.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTE**S - Sr. Rogério, os fatos ocorridos, que envolvem o senhor, na Operação Lava-Jato, são fatos muito contundentes. O ex-gerente Pedro Barusco afirmou que o senhor continha a lista de empresas que deveriam ser convidadas para construir a Refinaria Abreu e Lima. O senhor confirma isso?

**O SR. ROGÉRIO SANTOS DE ARAÚJO** - Excelência, o senhor me desculpe, mas eu vou permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTE**S - Ainda, o Sr. Barusco disse que, antes da construção dessa refinaria, essa lista de empresas havia sido tratada com o senhor, junto com Paulo Roberto Costa. O senhor confirma isso?

**O SR. ROGÉRIO SANTOS DE ARAÚJO** - Excelência, desculpe-me, mas eu vou permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTE**S - Paulo Roberto Costa disse que o senhor indicou a ele uma conta para recebimento da propina, uma conta onde ele recebeu 23 milhões de dólares entre 2008 e 2009, que foi o senhor que disse para ele abrir a conta, ensinou ele a abrir a conta. É verdade isso?



**O SR. ROGÉRIO SANTOS DE ARAÚJO** - Excelência, minhas desculpas, mas eu vou permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - O senhor tinha por hábito dar carona no avião da Odebrecht a funcionários da PETROBRAS?

**O SR. ROGÉRIO SANTOS DE ARAÚJO** - Excelência, minhas desculpas, mas eu vou me manter em silêncio.

**SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Mas o senhor tinha, porque o Sr. Paulo Aquino esteve na CPI, ele era o responsável pela parte petroquímica da PETROBRAS, e disse que pegava carona no avião da PETROBRAS. Sobre a questão petroquímica...

**O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE** - Da Odebrecht.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Da Odebrecht, isso. Ele era funcionário da PETROBRAS, — obrigado, Deputado — pegava carona no avião da Odebrecht com o senhor.

Sobre a área petroquímica, o senhor também tem largo conhecimento, apesar de o senhor usar o direito de o senhor ficar aqui calado. PETROBRAS, UNIPAR, UNIPAR Quattor, né? O senhor conhecia o maior acionista da UNIPAR, o Sr. Frank?

**O SR. ROGÉRIO SANTOS DE ARAÚJO** - Eu vou ficar em silêncio.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Depois, a Quattor, uma empresa pequenininha, adquiriu a Suzano, uma enorme empresa do Sr. David Feffer e Daniel Feffer. Qual era a relação do senhor com eles?

**O SR. ROGÉRIO SANTOS DE ARAÚJO** - Excelência, eu vou me manter em silêncio.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - E depois, obviamente, de todo esse roteiro da área petroquímica, isso tudo foi parar nas mãos da Braskem. Como é que a Braskem adquiriu a área petroquímica sempre por um custo muito mais baixo do que a PETROBRAS adquiria essas empresas anteriormente? O senhor participou dessas reuniões para a decisão desse preço?

**O SR. ROGÉRIO SANTOS DE ARAÚJO** - Excelência, eu vou me manter em silêncio.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Sr. Presidente, na realidade, com todo o respeito ao Dr. Nabor, eu não usei a palavra que o senhor respondeu aqui,



Dr. Nabor. Eu não me formei em Direito, mas eu estudei Direito. Faltaram seis matérias para eu me formar em Direito. Mas o senhor é um advogado reconhecido, não é? Eu acho que a gente está usando a nossa prerrogativa de Deputado, a CPI cumpre um papel importante.

Acho também, só para finalizar, Sr. Presidente, que o Sr. Rogério poderia entrar aqui também para a história do Brasil, se o senhor contasse a verdade, o senhor ia dar orgulho a muita gente, aos familiares do senhor, de dizer que o senhor participou disso tudo, mas agora o senhor resolveu falar a verdade. Mas o senhor, como um homem de confiança da Odebrecht, vai continuar procedendo desse jeito. É lamentável! E é muito chato, porque a gente faz isso aqui, ó, Sr. Presidente, a gente estuda para fazer as perguntas. Estuda em cima de quê? Em cima dos fatos do processo. Não existem perguntas, aqui, que nós estamos tirando do... E, infelizmente, a gente chega aqui e não tem respostas.

Seria só isso, Sr. Presidente. O resto eu vou consignar ali na secretaria.

Existe só mais um fato interessante. Quando aconteceu uma tentativa de prender o senhor, o senhor não estava em casa. Segundo os entendimentos das investigações, o senhor foi se esconder na casa do Marcelo Odebrecht. Como o senhor conseguiu ter uma informação privilegiada dessa para não ser preso naquela época? Quem deu essa informação ao senhor?

**O SR. ROGÉRIO SANTOS DE ARAÚJO** - Eu vou me manter em silêncio.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Deputado Bruno Covas tem a palavra.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Sr. Rogério, há um *e-mail* endereçado ao senhor, datado de 27 de dezembro de 2010, dizendo o seguinte:

*“90M de diferença por sonda entre quem tem o estaleiro amortizado em um lugar competitivo como Suape versus um Greenfield na Bahia não é nada!”*

O senhor pode confirmar que o preço da Odebrecht era 90 milhões de reais superior?

**O SR. ROGÉRIO SANTOS DE ARAÚJO** - Eu vou me manter em silêncio.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Há outro *e-mail* também encaminhado ao senhor dizendo o seguinte:



*“Roger, veja a troca de e-mails abaixo; segundo apurou a ACERGY, o nosso preço para a solução riser tower é muito maior do que a solução dos ‘boiões’ da Subsea7. MBO tinha me provocado sobre a conveniência de realizar algum contato político para realçar a conveniência da nossa proposta, como a única com adequado conteúdo nacional, etc. Eu relutei, por temer que essa pressão pudesse ‘backfire’, dada a sensibilidade do Diretor.*

*A situação, porém, se agravou e acho que vale a pena correr o risco, porque se nada acontecer, vamos perder a encomenda que é muito relevante. Nossa melhor expectativa seria de convencer a Pbr a dividir a ordem, comprando ambos os sistemas para poder avaliar sua adequação. O que você acha? Existiria algum político com acesso à GE? O ‘Big Wolf’ teria este acesso? Abraço.”*

Eu pergunto: quem é MBO?

**O SR. ROGÉRIO SANTOS DE ARAÚJO** - Eu vou me manter em silêncio.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Quem é GE?

**O SR. ROGÉRIO SANTOS DE ARAÚJO** - Eu vou me manter em silêncio.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Quem é Big Wolf?

**O SR. ROGÉRIO SANTOS DE ARAÚJO** - Eu vou me manter em silêncio.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Dado o silêncio da testemunha, também vou encaminhar as demais perguntas por escrito, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Com a palavra o Deputado Valmir Prascidelli, próximo Sub-Relator inscrito.

**O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI** - Sr. Rogério, quanto tempo o senhor trabalhou na Odebrecht?

**O SR. ROGÉRIO SANTOS DE ARAÚJO** - Eu vou me manter em silêncio, senhor.

**O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI** - Sr. Presidente, eu até fiz essa pergunta para, mais uma vez, confirmar que o depoente quer se manter em silêncio, inclusive, para perguntas, como já foi dito aqui, básicas.

Acho que o Deputado Celso Pansera fez algumas observações com relação à CPI, e nós, evidentemente, com todo o esforço de todos os Deputados que a compõem, todo o interesse em apurar, precisamos, evidentemente, buscar



caminhos para que nós possamos superar, digamos assim, essa certa patinação que acontece em função da obstrução, porque é difícil ter outra palavra, do Judiciário em considerar que os depoentes, mesmo sendo constitucional, como disse o nobre advogado, possam permanecer calados. Mas isso impede que nós consigamos prosseguir. E, evidentemente, nós precisávamos retomar, assim que retornarmos a Brasília, e V.Exa. poderia conduzir uma discussão na CPI para ver que rumos adotamos nesses casos para que possamos fazer as conclusões do trabalho com certa propositura legislativa, para que as próximas não sejam afetadas por esses impedimentos. É isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Vamos aos autores do requerimento de convocação do Sr. Rogério.

Com a palavra o primeiro autor, Deputado Antonio Imbassahy.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY** - Sr. Presidente, Deputado Hugo Motta; Sr. Relator, Deputado Luiz Sérgio; Deputados aqui presentes; Sr. Depoente, evidentemente, nós estamos percebendo o prenúncio de uma manhã — talvez até uma tarde também — sem resultados efetivos para a nossa CPI.

Eu quero deixar claro, Sr. Presidente, que a CPI, ao convocar as pessoas para depor, ela o faz com a sua prerrogativa constitucional no sentido até de promover as investigações, a tomada de informações, o conhecimento que possa levar a uma conclusão no seu relatório final. Mas, ao mesmo tempo, também oferece aos depoentes uma oportunidade para que eles possam expor as suas posições, esclarecer fatos e até mesmo promover a sua defesa no seu entendimento, até porque pesam sobre muitos acusações que devem ser esclarecidas.

Mas, sinceramente, Sr. Presidente, eu vejo que a opção tomada por todos que estão aqui do Grupo Odebrecht será sempre no sentido de se abrigar na Constituição e, mais do que isso, proteger-se com um HC, um *habeas corpus*, promovido pelo Supremo Tribunal Federal. De maneira que eu não tenho mais nada a acrescentar nem a perguntar, senão encaminhar nossas perguntas à Mesa, para que, no momento próprio, possam ser consignadas e, quem sabe, o Dr. Rogério possa tomar a decisão de respondê-las.



Mas lamento bastante. Acho que nós vamos ter uma manhã/tarde muito parecida com o que aconteceu durante o dia de ontem. Mas tenho certeza, Sr. Presidente, de que nós estamos cumprindo com a nossa obrigação constitucional de ouvir os depoentes e de lhes oferecer também a oportunidade para promover os devidos esclarecimentos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a Vossa Excelência. Os demais autores estão ausentes. Seriam o Deputado Onyx Lorenzoni e o Deputado Ivan Valente. Vamos à lista de inscritos.

O Deputado Delegado Waldir é o primeiro inscrito.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Sr. Presidente, nobre advogada que não estava presente até o momento, acho que a senhora esteve conosco na CPI acompanhando outra cliente há algumas semanas. Nós, eu e o Deputado Bruno Covas, ficamos extremamente felizes, porque, naquele momento, a sua cliente falou tudo o que tinha que falar, foi fantástica. Nós ficamos aqui com uma pequena esperança de que hoje aconteceria a mesma coisa.

**A SRA. FLÁVIA RAHAL BRESSER PEREIRA** - O senhor me permite?

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Sim, com certeza.

**A SRA. FLÁVIA RAHAL BRESSER PEREIRA** - A minha cliente não estava sendo processada criminalmente. Portanto, o meu cliente está exercendo, neste momento, o direito de falar nos autos dos processos, em respeito inclusive ao próprio juízo. Então, com todo o respeito a esta Casa, a situação é um pouquinho diferente.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Sem dúvida. A gente só acha que a expressão da verdade cabe em qualquer momento, mas isso está amparado por decisão judicial. E a gente nem quer questionar. Foi apenas uma mera lembrança a presença da senhora neste momento.

**A SRA. FLÁVIA RAHAL BRESSER PEREIRA** - Agradeço a lembrança.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Vamos lá, Sr. Presidente, às perguntas.

Sr. Rogério Santos de Araújo, comparando ao depoente anterior, vejo que a situação do senhor é mais crítica pela denúncia do Ministério Público. Enquanto a ele é imputada a corrupção 18 vezes, no caso do senhor, são 55 vezes. E vamos



mais longe. O senhor, que tem cabelos grisalhos como eu, cabelos brancos já da experiência, da vida, eu diria ao senhor que há preocupação também em relação à lavagem de capitais — são 131 vezes. E a caneta do nosso juiz, Dr. Sérgio Moro, realmente tem sido bem dosada.

Mas eu vou direcionar ao senhor algumas perguntas. Eu gostaria de saber qual é o temor do Grupo Odebrecht, que o senhor representa, no compartilhamento das investigações que estão sendo realizadas pelo Ministério Público na Suíça. Qual é a razão? É ali que nós vamos chegar ao topo da pirâmide desta organização criminosa? É ali que nós vamos conseguir chegar aos verdadeiros líderes? É esse o temor? Ou vamos chegar a agentes políticos? É esse o temor da Odebrecht?

**O SR. ROGÉRIO SANTOS DE ARAÚJO** - Excelência, vou usar o direito de permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Obrigado.

Segundo as informações, o senhor seria a pessoa de contato com Paulo Roberto, com Barusco, com Duque — segundo as informações. E teve acesso a orçamentos privilegiados. Isso é verdadeiro? Realmente, isso ocorria?

**O SR. ROGÉRIO SANTOS DE ARAÚJO** - Senhor, eu vou permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - O.k. Parece-me também, pelas investigações, pelas informações que nós levantamos, que o senhor era responsável por operacionalizar o uso de algumas aeronaves para agentes políticos. Nós vimos que o ex-Presidente Lula usou muitas aeronaves Odebrecht, principalmente agora, quando ele passou a fazer palestras milionárias pela América Latina e pela África.

O senhor esteve com o ex-Presidente Lula nessas viagens? Foi o senhor que operacionalizou essa aeronave para que ele fizesse... Era uma troca de favores em razão da propina que foi cobrada ao longo dessa operação, desse relacionamento espúrio entre a Odebrecht e o Governo Federal?

**O SR. ROGÉRIO SANTOS DE ARAÚJO** - Senhor, me desculpe, mas eu vou permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Eu gostaria de saber o seguinte também...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Peço que conclua, Deputado.



**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Sr. Presidente, solicito 3 minutos, muito rapidamente, porque são perguntas importantes que o Brasil quer saber, e eles têm pedido ao Delegado Waldir, como representante do povo brasileiro, que se coloque em linha dura e esclarecedora. São perguntas diferenciadas.

Mas vamos lá bem rapidamente, Sr. Presidente. V.Exa. me permitiria mais duas perguntas, com a sua sábia tolerância? Vamos lá.

Eu gostaria de saber do senhor, como executivo da Odebrecht, se realmente o contato do Dr. Marcelo Odebrecht com o Governo para operacionalizar toda essa questão da propina e os acordos que foram feitos eram realizados com o Ministro Mercadante e com Sérgio Gabrielli?

**O SR. ROGÉRIO SANTOS DE ARAÚJO** - Excelência, o senhor me desculpe, mas eu vou permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - A última pergunta, Sr. Presidente, muito rapidamente. Agora, em razão dos meus quase 50 anos, eu vou precisar usar os óculos, porque as letras aqui são pequenininhas.

Nós vemos aqui algumas siglas numas anotações que foram apreendidas pela Polícia Federal, parece-me num contato telefônico: *“MF”, não movimentar nada*... Eu vou ler bem rapidamente, Sr. Presidente: *“Não movimentar nada e reembolsaremos tudo e asseguraremos à família”*, a proteção à família, não é? A família que se diz é o grupo envolvido nessa questão. *“Vamos assegurar até o fim, higienizar apetrechos”*. Aí vêm algumas siglas, que, como o Deputado Bruno Covas mencionou, são mais algumas siglazinhas importantes. Temos apelidos, temos siglas: *“MF”, “RA”, “Vazar doação de campanha”*. Isso seria um artifício? *“Vazar doação de campanha.”* E aí vêm mais algumas letrinhas: *“GA”, “FP”, “AM”, “MT”, “Lula”* e até o Presidente da Casa, *“ECunha”*.

Eu gostaria de saber se essas expressões seriam: Giles Azevedo, GA; Fernando Pimentel, Aloizio Mercadante, Michel Temer? O senhor poderia confirmar para mim essas informações?

**O SR. ROGÉRIO SANTOS DE ARAÚJO** - Excelência, mas uma vez eu peço desculpas ao senhor, mas eu vou permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.



O próximo inscrito é o Deputado Aluisio Mendes.

V.Exa. tem a palavra.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Sr. Presidente, eu vou iniciar rapidamente aqui minhas perguntas ao Sr. Rogério.

Sr. Rogério, analisando aqui o inteiro teor da denúncia contra o Grupo Odebrecht, verifica-se que a sua situação é uma das mais graves. Quer dizer, os indícios coletados durante a investigação que envolvem V.Sa. são, de todos, os mais contundentes.

É óbvio que a empreiteira Norberto Odebrecht traçou uma estratégia de defesa de seus executivos, mas eu vejo aqui que, neste bojo, pelos indícios coletados pela Polícia Federal e pelo Ministério Público, a sua situação é extremamente grave. O senhor é apontado pelo Paulo Roberto, pelo Barusco como a pessoa que operacionalizou os depósitos no exterior, inclusive indicando o Sr. Bernardo, da Diagonal Investimentos, para que operacionalizasse essas contas no exterior.

Vejo que o senhor já tem uma idade avançada. Deve ter filhos e netos. Eu gostaria de fazer uma sugestão a V.Sa. para que refletisse muito sobre a sua situação perante esse processo. É claro que cada elemento envolvido nesse processo da empreiteira Norberto Odebrecht tem uma situação peculiar. A sua, de todos, é a mais grave.

O senhor nunca pensou, verificando hoje a situação do Paulo Roberto, do Pedro Barusco, de vários que fizeram termo de colaboração com o Ministério Público, nunca analisou essa possibilidade? O senhor, dentro do que nós analisamos no processo, seria uma das pessoas que teriam mais informações a prestar para o esclarecimento desse escândalo de corrupção no bojo da Operação Lava-Jato.

E tenho certeza de que seria de grande interesse do Ministério Público fazer esse termo com V.Sa. A estratégia traçada, respeitando aqui a presença dos advogados, pela empreiteira Norberto Odebrecht, com certeza não irá beneficiar V.Sa.



O senhor, com certeza, dado o número de imputações criminais feitas ao senhor, na denúncia do Ministério Público, tem uma situação extremamente delicada nesse processo.

Eu gostaria de sugerir a V.Sa. que reanalisasse essa sua posição de permanecer em silêncio, de não procurar fazer uma colaboração premiada com o Ministério Público, no sentido de amenizar ou até extinguir uma pena em relação a V.Sa., porque, com certeza, de todos os que eu analisei que estão sendo denunciados, que fazem parte da empreiteira, a sua situação é, sem dúvida nenhuma, a mais grave.

O senhor é citado por todos: pelo Paulo Roberto, pelo Barusco, com provas extremamente contundentes, com contas que foram identificadas no exterior, que o senhor teria operacionalizado e depositado, e essas contas foram efetivamente descobertas e esses recursos recambiados ao Brasil.

Então, a sua situação é muito grave. Eu sugiro ao senhor que faça uma análise da sua defesa nesse processo, porque nem sempre o que é bom para a empreiteira Norberto Odebrecht vai ser bom para V.Sa.

O senhor deve ter filhos, netos e terá muitos anos ainda para conviver com eles. E, se insistir na tese dessa defesa, com certeza o senhor será privado dessa convivência durante muitos anos. Eu gostaria que o senhor refletisse sobre isso.

Eu não vou fazer nenhuma pergunta, até porque o senhor já se pronunciou em relação a não responder a nada, mas faço aqui um pedido de reflexão a V.Sa., para que analise de maneira fria, tranquila e calma. Pense na sua família e pense se realmente a estratégia de defesa traçada pela empreiteira Norberto Odebrecht é a mais interessante à sua situação dentro desse processo.

É só isso, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - O próximo inscrito é o Deputado Alberto Filho.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO FILHO** - Sr. Presidente, rapidamente, apenas para registrar uma ou duas perguntas, devido a não colaboração por parte aqui do depoente, através do seu silêncio constitucional, eu queria apenas que fosse aqui registrado que foi afirmado que, através do Sr. Paulo Roberto Costa, em delação



premiada, os valores de propina destinados a grupos políticos era extraído do lucro das empresas contratadas e não de eventual sobrepreço dos contratos.

Quero aqui indagar ao depoente: V.Sa. tem conhecimento do pagamento, tanto por parte da Odebrecht ou de outras empreiteiras, a grupos políticos?

**O SR. ROGÉRIO SANTOS DE ARAÚJO** - Excelência, eu vou me manter em silêncio. O senhor me desculpe.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO FILHO** - V.Sa. tem pretensão, fez ou tem pretensão de fazer algum acordo de leniência?

**O SR. ROGÉRIO SANTOS DE ARAÚJO** - Excelência, novamente, eu peço desculpas ao senhor, mas vou permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO FILHO** - Sr. Presidente, creio que qualquer outro tipo de pergunta que eu fizer ao depoente não vai mais contribuir com o bom andamento aqui desta CPI, devido ao direito constitucional de se manter em silêncio aqui, por parte do depoente. Então, me dou por satisfeito e encaminho as demais perguntas à Mesa.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Com a palavra o Deputado Celso Pansera.

**O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA** - Sr. Presidente, eu abordei, na outra fala, depois o Dr. Nabor Bulhões entrou nesse assunto, sobre a questão do papel da CPI.

Eu já tive esse embate também, dentro da própria CPI, com outros Parlamentares sobre efetivamente qual é o nosso papel. Então, eu acho relevante que nós tratemos disso à luz do que há de produção de sentenças, a partir do STF, de interpretações do STF em relação ao papel da CPI.

Há outra coisa importante, e eu vou abordar outro ponto que eu acho fundamental, Deputado Antonio Imbassahy, — nós conversávamos ontem sobre isso —, que é a questão de a gente tocar na questão da lei da leniência.

Eu tenho participado de alguns debates na Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados e lá nós temos nos deparado com uma realidade: um conjunto de grandes empresas que têm atuação na cadeia



produtiva do petróleo; e a PETROBRAS, quando surgiu a Lava-Jato, enviou o nome dessas 29 ou 30 empresas para a AGU.

Destas, oito ou nove, efetivamente, estão envolvidas na Lava-jato. As demais surgiram, em algum momento, em denúncia, sem nenhum envolvimento comprovado mais profundamente. E apenas seis empresas, até agora, procuraram a AGU para assinar os acordos de leniência.

Por quê? Nós avaliamos que, como é um instituto novo no arcabouço jurídico brasileiro, o acordo de leniência ainda precisa ser aprimorado e nos parece que há uma polêmica entre a AGU e o Ministério Público sobre o papel do Ministério Público dentro dos acordos de leniência.

E a AGU, o Ministro Simões deixou claro na CPI que ele é contra o ingresso do Ministério Público dentro dos acordos de leniência, que são acordos administrativos e teriam que ser feitos no âmbito do CADE, da própria AGU e da CGU.

E o Ministério Público tem feito ações no sentido de que ele deve, de fato, estar também dentro dos acordos de leniência, e nos pareceu, ouvindo alguns empresários e alguns especialistas na área, que o fato de o Ministério Público não estar incluído nos acordos de leniência realmente gera uma insegurança jurídica para as empresas que têm interesse em fazer acordo de leniência e voltar a operar no mercado.

Então, Sr. Presidente, no sentido de a gente aprimorar mais esse instituto criado recentemente pelo Congresso, inclusive, eu acho que a CPI tem que dar uma dedicada no seu relatório para trabalhar a questão. Eu acho que a gente tem que passar essa tarefa para alguns dos Sub-Relatores, para que eles se dediquem a essa questão de um aprimoramento na lei de leniência para que dê mais segurança jurídica às empresas que têm interesse em fazer a leniência e voltar a atuar no mercado e na economia e assim impactar menos na questão do desemprego e da paralisa da cadeia produtiva de petróleo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa., até porque acreditamos nas tarefas desta Comissão, na elaboração do seu relatório final, por vir com essas sugestões de aprimoramento da legislação. É a primeira vez em que se fala em acordo de leniência no nosso País.



O Congresso Nacional, na minha avaliação, tem que ter a maturidade necessária para tratar, discutir e encontrar a melhor maneira para dar uma saída para essa situação.

O próximo inscrito é o Deputado Carlos Andrade.

**O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE** - Obrigado, Sr. Presidente.

Dr. Rogério, bom dia!

**O SR. ROGÉRIO SANTOS DE ARAÚJO** - Bom dia!

**O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE** - Vou fazer algumas indagações e, ao final, um comentário.

Em depoimento, o delator Paulo Roberto Costa afirma que V.Sa. teria solicitado que fosse aberta uma conta no exterior para o pagamento de propina na quantia de 23 milhões de dólares. O senhor confirma essa orientação ao Dr. Paulo Roberto?

**O SR. ROGÉRIO SANTOS DE ARAÚJO** - Excelência, o senhor vai me desculpar, mas eu vou permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE** - Sr. Rogério, lhe desculpar, eu não vou lhe desculpar não; eu vou cumprir o que lhe está assegurado pela Constituição brasileira, mas desculpas o senhor pode pedir ao Brasil, a todos os brasileiros que lhe assistem neste momento, e V.Sa. tem a oportunidade de falar a eles e pedir desculpas.

Só mais uma pergunta: o senhor arquitetou o caminho do dinheiro, por *offshore*, até à conta no banco suíço? Poderia informar de quais outros esquemas, como esse, a Odebrecht participou?

**O SR. ROGÉRIO SANTOS DE ARAÚJO** - Excelência, eu vou me manter em silêncio.

**O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE** - O.k., Sr. Presidente.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Não havendo mais inscritos, eu dispensei o convocado e já convido o Sr. Márcio Faria da Silva a tomar assento à mesa. (*Pausa.*)

Advirto que V.Sa. será ouvido na qualidade de investigado.



Tendo em vista o teor dos requerimentos aprovados e também a decisão judicial proferida no *habeas corpus* impetrado em seu favor, ser-lhe-ão garantidos todos os direitos constitucionais inerentes à sua condição, inclusive o de permanecer em silêncio e ser assistido pelo seu defensor constituído.

Informo a V.Sa. que a sua colaboração para elucidação dos fatos certamente terá efeito nas conclusões desta CPI e que a versão apresentada nesta sentada poderá atrair para V.Sa. outros benefícios que a lei lhe garante.

Peço a atenção das senhoras e dos senhores para as normas estabelecidas no Regimento Interno da Casa. O tempo concedido ao convocado será de até 20 minutos, prorrogáveis a juízo desta Comissão, não podendo ser aparteado. Os Deputados interessados em interpelá-lo deverão inscrever-se previamente junto à Secretaria.

Com a palavra, por até 20 minutos, o Sr. Márcio Faria da Silva.

**O SR. MÁRCIO FARIA DA SILVA** - Muito obrigado. Eu quero dizer aos senhores que vou permanecer em silêncio.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Com a palavra o Deputado Luiz Sérgio.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Sr. Márcio Faria, uma das razões de todos esses problemas que empresas, pessoas estão enfrentando é devido à acusação do chamado “Clube das Empreiteiras”. Dentro desse chamado “Clube das Empreiteiras”, há uma acusação de que V.Sa. seria um dos responsáveis.

Então, a minha pergunta é simples: o clube existiu? Se ele existiu, V.Sa. era o representante da Odebrecht nesse clube, ou um dos organizadores desse clube?

**O SR. MÁRCIO FARIA DA SILVA** - Deputado, eu vou permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Sr. Presidente, diante do silêncio, como tem sido minha postura em todos os casos em que o depoente assim se manifesta, como o silêncio não traz nenhum dado relevante a este Relator, eu retorno a palavra a V.Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Com a palavra o Deputado Altineu Côrtes.



**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Sr. Márcio Faria, ontem, em depoimento à Justiça Federal aqui do Paraná, o Sr. Júlio Camargo, o Sr. Augusto, executivo da Toyo Setal e mais outros dois depoentes, eles novamente colocaram a participação da Odebrecht nesse cartel.

Eu não consigo entender bem, apesar de respeitar o direito de ficar em silêncio, qual é a estratégia que a Odebrecht vai exercer diante de tantas provas, tantas delações, tantos fatos concretos.

Ontem, eu disse para os dois companheiros do senhor, e o senhor tem a oportunidade aqui, talvez pública, porque a imprensa toda está aqui, de fazer um papel diferente e responder às perguntas, porque o senhor sabe tudo que aconteceu nesse sistema, e ser beneficiado talvez com a sua liberdade, como outras pessoas que fizeram colaboração premiada o foram, porque as pessoas que fazem a colaboração premiada apresentam fatos, citam o nome do senhor, citam o nome da Odebrecht. Como vocês vão conseguir se defender disso?

**O SR. MÁRCIO FARIA DA SILVA** - Eu vou permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Então, já que o senhor vai permanecer em silêncio, eu vou fazer só umas perguntinhas ao senhor.

Quem era o responsável pela Odebrecht lá no COMPERJ?

**O SR. MÁRCIO FARIA DA SILVA** - Eu vou permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - O senhor sabe que lá, no COMPERJ, em Itaboraí, de onde eu sou, vocês largaram, com essa corrupção, muita gente passando fome, desempregada.

O senhor vai permanecer em silêncio, é o direito do senhor, mas o senhor saiba que muitas pessoas no Brasil perderam o emprego e estão sofrendo por causa de executivos como o senhor. Então, o senhor tem o direito de permanecer em silêncio. E eu também tenho o direito de ficar muito revoltado. Sempre que eu falo nesse assunto, eu fico muito revoltado, profundamente revoltado.

Eu vou protocolar as minhas perguntas, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Deputado Bruno Covas, V.Exa. é o próximo Sub-Relator e tem a palavra.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Sr. Márcio Faria, o senhor não quis responder ao Relator em relação à existência ou não do clube. Entretanto, parece



que dentro do clube havia o Clube VIP. Segundo Augusto Ribeiro de Mendonça Neto, era o senhor que representava a Odebrecht no Clube VIP, que era o clube criado para praticar preços ainda mais altos. O senhor confirmar a existência do Clube VIP?

**O SR. MÁRCIO FARIA DA SILVA** - Eu vou permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - V.Sa. nega que negociava com Alberto Youseff e Paulo Roberto Costa o pagamento de propina?

**O SR. MÁRCIO FARIA DA SILVA** - Continuarei em silêncio.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - V.Sa. nega que negocia com Alberto Youseff e Paulo Roberto Costa o pagamento de “pixuleco”? Desculpa, aqui não é propina, é “pixuleco”.

**O SR. MÁRCIO FARIA DA SILVA** - Vou me manter em silêncio.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Sr. Presidente, dado o silêncio da testemunha, também vou encaminhar as demais perguntas por escrito.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Com a palavra o Deputado Valmir Prascidelli. *(Pausa.)*

Agradeço a V.Exa. Não vai fazer perguntas.

Com a palavra o Deputado Delegado Waldir. V.Exa. é o próximo inscrito.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Sr. Presidente, nobre advogada, Sr. Márcio Faria da Silva, bom dia!

Eu vou direcionar algumas perguntas ao senhor, e, se possível, se o senhor puder responder, se não puder, fica consignado para que o Brasil observe a contribuição que a Odebrecht, a maior empresa do Brasil, está fazendo. É um grande momento, eu acho que o senhor poderia dar uma colaboração. Mas eu acredito que, caso o senhor também não fale, permaneça em silêncio, outras provas estão sendo produzidas, já foram produzidas, e não é à toa que vocês encontram hoje o sistema prisional brasileiro, que vocês ajudaram a construir, sem dúvida alguma.

Eu gostaria de saber o seguinte: nos desentendimentos entre as empresas, o senhor chegou a ameaçar o Sr. Erton, da Galvão, nessa guerra pelas obras e pela destinação de corrupção?



**O SR. MÁRCIO FARIA DA SILVA** - Vou permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI** - O.k.

O senhor, pela análise que eu fiz da documentação das provas já trazidas ao conhecimento desta CPI, o senhor me parece que agia em algumas situações como bombeiro. Teve um caso, em Pernambuco, onde começou uma guerra pela propina, se vai chegar a esse ou àquele agente político, e o senhor teria ido até lá para tentar controlar a situação. Isso realmente aconteceu? O Dr. Marcelo chamava o senhor de bombeiro nesses determinados momentos?

**O SR. MÁRCIO FARIA DA SILVA** - Eu vou permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI** - Eu gostaria de saber se, uma vez em que se iniciaram as prisões dentro da Odebrecht, se foi orientação do senhor, pessoal, para que o operador da Odebrecht, Sr. Bernardo, fugisse para a Suíça. Foi pedido do senhor?

**O SR. MÁRCIO FARIA DA SILVA** - Vou permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI** - Eu percebi, nas nossas investigações que nós realizamos aqui também, o seu relacionamento com vários políticos. O senhor teria condições de relacionar quem são esses políticos que receberam dinheiro de propina da PETROBRAS? Foram destinados às campanhas presidenciais da atual Presidente Dilma, do ex-Presidente Lula? Realmente a Odebrecht inovou, junto com outras construtoras, vinculando, fazendo doações na forma de propina ou vice-versa?

**O SR. MÁRCIO FARIA DA SILVA** - Vou permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI** - Vai permanecer em silêncio.

Para finalizar, Sr. Presidente, vem aqui mais aquela brincadeirinha, aquela salada de letrinhas.

JW, eu queria que o senhor confirmasse: JW é Jaques Wagner, atual Ministro da Defesa?

**O SR. MÁRCIO FARIA DA SILVA** - Vou permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI** - Tem mais algumas letrinhas. Itália era o codinome de Dilma Rousseff?

**O SR. MÁRCIO FARIA DA SILVA** - Vou permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI** - LC era Luciano Coutinho?



**O SR. MÁRCIO FARIA DA SILVA** - Vou permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI** - É, realmente me parece que toda a República dobrava seus joelhos à Odebrecht .

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Concedo a palavra ao Deputado Aluisio Mendes.

V.Exa. é o próximo inscrito.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Sr. Presidente, eu também não vou fazer perguntas, até porque o depoente já demonstrou a posição dele de não responder nada. Eu vou apenas fazer uma colocação ao Sr. Márcio, na mesma linha que eu fiz ao depoente anterior.

O senhor é citado aqui, junto com Ricardo Pessoa, como um dos responsáveis pela definição dentro do cartel formado para ganhar as obras na PETROBRAS. O senhor é citado como figura de proa nesse cartel. O senhor e o Ricardo Pessoa é que tinham a última palavra, segundo denúncia do Ministério Público e da Justiça Federal.

A situação do Ricardo Pessoa nós já conhecemos. Ele, pessoalmente, como dono da UTC, patrocinou a defesa dele, decidiu que a melhor estratégia era fazer um termo de colaboração premiada com o Ministério Público e, em razão disso, hoje ele se encontra em liberdade.

Não passa pela cabeça do senhor também — dada que a estratégia de defesa do Grupo Odebrecht não foi decisão sua nem de nenhum dos diretores, mas acredito que do Marcelo e de seu pai — rever essa estratégia de defesa, no sentido de que o senhor também teria os mesmos benefícios que o Ricardo Pessoa tem hoje? Está respondendo em liberdade e possivelmente será a ele aplicada uma pena diminuta, possivelmente até para cumprir em liberdade essa pena. Diferente do seu caso, em que os indícios são muito fortes.

A estratégia de defesa, eu considero equivocada, feita pelo Grupo Odebrecht, com relação a algumas pessoas em que os indícios são muito fortes. Com certeza, a partir de certo momento, não será mais de interesse do Ministério Público fazer essa colaboração, assinar esse termo de colaboração com o senhor. Não passa pela sua cabeça rever essa estratégia de defesa para o senhor, pessoalmente, contratar um



advogado, para que veja qual é a melhor solução para que o senhor saia com o menor dano possível dessa operação?

Eu acredito que essa estratégia feita pelo Grupo Odebrecht, no sentido da defesa de todos os envolvidos, não é a mais adequada a alguns membros da diretoria da empresa, porque a maior parte da responsabilidade e das provas está aqui, de maneira contundente, relatada pelo Ministério Público.

Então, eu faço aqui uma ponderação ao senhor para que reflita sobre isso. Nem sempre a defesa de um é a melhor defesa para outros. Que o senhor veja e se espelhe na questão do Dr. Ricardo Pessoa, que hoje se encontra em liberdade, na sua casa, em função do termo de colaboração que ele assinou com o Ministério Público. Eu acho que aí seria a melhor alternativa, tanto para o senhor quanto para o depoente anterior, que também está numa situação muito complicada perante esse processo patrocinado pela Justiça Federal.

Eu faço essa colocação para que o senhor reflita e analise se essa realmente é a melhor defesa, no seu caso.

As perguntas, Sr. Presidente, eu vou encaminhar à Secretaria da CPI.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Com a palavra o Deputado Alberto Filho.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO FILHO** - Sr. Presidente, devido a não colaboração do depoente, eu quero... Eu tenho algumas perguntas aqui, mas eu quero registrar apenas uma, e as demais irei encaminhar à Mesa.

Eu quero indagar aqui ao depoente se, com relação à propina distribuída entre a PETROBRAS em grupos políticos, se V.Sa. entende que a raiz do problema é a margem praticada pela PETROBRAS para a contratação de menos de 15% e 20% do valor do contrato?

**O SR. MÁRCIO FARIA DA SILVA** - Eu vou permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO FILHO** - Sr. Presidente, eu me dou por satisfeito. As demais perguntas, encaminho à Mesa da CPI.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Concedo a palavra ao Deputado Celso Pansera.

**O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA** - Sr. Presidente, gostaria apenas de registrar mais um encaminhamento meu. Trata-se de uma sugestão para o relatório



final sobre a questão de uma reivindicação, vamos dizer assim, que o Juiz Sérgio Moro fez quando nós estivemos a primeira vez aqui, em Curitiba.

É um projeto da Associação dos Juizes Federais do Brasil — AJUFE, que muda o processo penal, para que a pena passe a ser cumprida após a segunda condenação, sendo essa em decisão colegiada, e não mais no trânsito em julgado.

Ele citou especificamente o caso do jornalista Pimenta Neves, que, mesmo sendo réu confesso, só foi efetivamente preso ao final de todo o trânsito em julgado, que levou quase 10 anos.

Então, o Juiz Sérgio Moro citou especificamente esse caso, pedindo que a CPI analisasse essa proposta da Associação dos Juizes Federais do Brasil, para mudar o rito processual, alterando o momento em que o réu condenado passa a efetivamente a cumprir pena.

Eu acho que essa também pode ser mais uma grande colaboração desta CPI à melhoria, ao aprimoramento e à modernização da legislação judicial brasileira.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Concedo a palavra ao Deputado Carlos Andrade.

**O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE** - Sr. Presidente, muito obrigado.

Sr. Márcio, bom dia!

**O SR. MÁRCIO FARIA DA SILVA** - Bom dia!

**O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE** - O seu nome completo é Márcio Faria da Silva?

**O SR. MÁRCIO FARIA DA SILVA** - Sim.

**O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE** - O senhor sabia que essas licitações eram fraudulentas?

**O SR. MÁRCIO FARIA DA SILVA** - Eu vou ficar em silêncio.

**O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE** - Eu queria fazer apenas um comentário, pedindo a sua confirmação ou não. O Diretor da Odebrecht Engenharia Industrial e outro executivo do grupo, Rogério Santos de Araújo, o senhor os conhece?

**O SR. MÁRCIO FARIA DA SILVA** -. Eu vou ficar em silêncio.

**O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE** - Foram ouvidos pela Polícia Federal no dia 08 de maio como investigados no inquérito da Lava-Jato, que apura o



pagamento de 30 milhões de dólares em propina para a campanha de reeleição do ex-Governador do Rio Sérgio Cabral...

**O SR. MÁRCIO FARIA DA SILVA** - Eu vou ficar em silêncio.

**O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE** - ...que tinha como Vice-Governador o atual Governador Luiz Fernando Pezão. Ambos são alvos da apuração. O senhor confirma esses valores de 30 milhões de dólares?

**O SR. MÁRCIO FARIA DA SILVA** - Eu continuarei em silêncio.

**O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE** - Sr. Presidente, sem mais perguntas, sem comentários.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Com a palavra ao Deputado Augusto Coutinho.

**O SR. DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO** - Sr. Márcio, existe a informação de que o senhor teria dupla nacionalidade: brasileira e suíça. E, através dessa dupla nacionalidade, teria enviado, inclusive no curso das operações da Lava-Jato, milhões de reais para o exterior. O senhor confirma, primeiro, a dupla nacionalidade? O senhor tem dupla nacionalidade?

**O SR. MÁRCIO FARIA DA SILVA** - Eu vou ficar em silêncio.

**O SR. DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO** - Bom, Presidente, fica o encaminhamento da nossa pergunta.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa. Não havendo mais inscritos, eu dispenso o convocado.

**O SR. MÁRCIO FARIA DA SILVA** - Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Convido o Sr. Alexandrino de Salles Ramos de Alencar. *(Pausa.)*

Advirto que V.Sa. será ouvido na qualidade de investigado, tendo em vista o teor dos requerimentos aprovados e, também, a decisão judicial proferida no *habeas corpus* impetrado em seu favor. Ser-lhe-ão garantidos todos os direitos constitucionais inerentes à sua condição, inclusive o de permanecer em silêncio e o de ser assistido pelo seu defensor constituído.

Informo a V.Sa. que a sua colaboração para elucidação dos fatos certamente terá efeito nas conclusões desta CPI e que a versão apresentada nesta assentada poderá atrair para V.Sa. outros benefícios que a lei lhe garante.



Peço atenção das senhoras e dos senhores para as normas estabelecidas no Regimento Interno da Casa. O tempo concedido aos convidados será de até 20 minutos, prorrogáveis a juízo da Comissão, não podendo ser aparteado. Os Deputados interessados em interpelá-lo deverão inscrever-se, previamente, junto à Secretaria.

Concedo a palavra, por até 20 minutos, ao Sr. Alexandrino de Salles Ramos de Alencar.

**O SR. ALEXANDRINO DE SALLES RAMOS DE ALENCAR** - Muito bom dia! Na condição em que estou, de acusado — há um processo penal —, o Supremo Tribunal Federal me garantiu o direito de ficar em silêncio, e assim permanecerei.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - O Deputado Luiz Sérgio, Relator desta CPI, tem a palavra.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - O ex-Diretor da PETROBRAS Paulo Roberto Costa confirmou, quando alegado pelos demais colaboradores e corroborado pelos documentos de transferências bancárias, conforme declarações prestadas pelo ex-Diretor de Abastecimento da PETROBRAS, que executivos da Braskem, entre eles Alexandrino Alencar, ofereceram vantagens indevidas, para que o então Diretor zelasse pelos interesses da Braskem em contratações realizadas pela empresa com a PETROBRAS, objetivando a compra e a venda de nafta.

Que tipo de relação V.Sa. tem ou teve com Alberto Youssef, Rafael Ângulo e Bernardo? Essas pessoas prestavam algum tipo de serviço à Braskem?

**O SR. ALEXANDRINO DE SALLES RAMOS DE ALENCAR** - Como já falei, permanecerei em silêncio.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Sr. Presidente, como tenho feito com todos aqueles que optam pelo silêncio e não respondem a nenhuma das perguntas — como isso não acrescenta nenhuma informação a este Relator —, eu devolvo a palavra a V.Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - O Deputado Altineu Côrtes, primeiro Sub-Relator, tem a palavra.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Sr. Alexandrino, o Sr. Rafael Ângulo, chamado pela alcunha de “barra” por Alberto Youssef, disse na sua delação: *“Alexandrino fazia a ligação interna, e a pessoa aparecia em pouco tempo, por volta*



de 5 minutos” — explicou. “Por vezes, Alexandrino chamava uma pessoa na frente do declarante e dizia para providenciar isto, ou seja, realizar a transferência internacional.”

Quem era a pessoa da Odebrecht que o senhor chamava para realizar a transferência dessa delação do Sr. Rafael Ângulo?

**O SR. ALEXANDRINO DE SALLES RAMOS DE ALENCAR** - Como eu já falei anteriormente, permanecerei em silêncio.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Eu já falei também aos depoentes que aqui estiveram antes de o senhor chegar que o senhor é um homem que tem uma larga experiência, já com uma idade, que trabalhou muito na vida. É difícil imaginar como a Odebrecht está conseguindo convencer os senhores...

Nós sabemos que dentro da Odebrecht existia uma união muito grande. A Odebrecht é uma grande empresa, por isso chegou onde chegou, independentemente do meio das ilicitudes de que participou, mas ela cresceu muito.

Como vocês vão conseguir sair disso com todas essas delações, com todas essas provas? O senhor vai abrir mão do convívio familiar do senhor e perder a oportunidade de fazer uma colaboração premiada? Como era a relação do senhor com o ex-Presidente Lula?

**O SR. ALEXANDRINO DE SALLES RAMOS DE ALENCAR** - Como falei anteriormente, permanecerei em silêncio.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Então, Sr. Presidente, eu também vou protocolar todas as outras 12 perguntas aqui na Secretaria da Mesa.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

O Deputado Bruno Covas, Sub-Relator, é o próximo inscrito. Tem S.Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Sr. Alexandrino, o senhor conhece o Sr. Alberto Youssef?

**O SR. ALEXANDRINO DE SALLES RAMOS DE ALENCAR** - Como falei anteriormente, permanecerei em silêncio.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Já estive reunido com ele?



**O SR. ALEXANDRINO DE SALLES RAMOS DE ALENCAR** - Como falei anteriormente, permanecerei em silêncio.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - É amigo dele?

**O SR. ALEXANDRINO DE SALLES RAMOS DE ALENCAR** - Como falei anteriormente, permanecerei em silêncio.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - O senhor conhecia o Sr. José Janene?

**O SR. ALEXANDRINO DE SALLES RAMOS DE ALENCAR** - Como falei anteriormente, permanecerei em silêncio.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Já esteve reunido com ele?

**O SR. ALEXANDRINO DE SALLES RAMOS DE ALENCAR** - Como falei anteriormente, permanecerei em silêncio.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - É amigo dele? Era amigo dele?

**O SR. ALEXANDRINO DE SALLES RAMOS DE ALENCAR** - Como falei anteriormente, permanecerei em silêncio.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - O senhor conhece o Sr. Paulo Roberto Costa?

**O SR. ALEXANDRINO DE SALLES RAMOS DE ALENCAR** - Como falei anteriormente, permanecerei em silêncio.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Já esteve reunido com Paulo Roberto Costa?

**O SR. ALEXANDRINO DE SALLES RAMOS DE ALENCAR** - Como falei anteriormente, permanecerei em silêncio.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - É amigo de Paulo Roberto Costa?

**O SR. ALEXANDRINO DE SALLES RAMOS DE ALENCAR** - Como falei anteriormente, permanecerei em silêncio.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Sr. Presidente, dado a testemunha permanecer em silêncio em perguntas tão simples, vou declinar de fazer as demais.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Agradeço ao Deputado Bruno Covas.

Passo a palavra para o Sub-Relator Valmir Prascidelli, que declina do uso da palavra.



Em seguida, o Deputado Delegado Waldir.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Bom dia, Sra. Advogada!

**A SRA. FLÁVIA RAHAL BRESSER PEREIRA** - Bom dia.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Bom dia, Sr. Alexandrino de Salles Ramos de Alencar!

**O SR. ALEXANDRINO DE SALLES RAMOS DE ALENCAR** - Bom dia!

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - O senhor é corintiano ou não?

**O SR. ALEXANDRINO DE SALLES RAMOS DE ALENCAR** - Conforme já falei anteriormente, permanecerei em silêncio. *(Risos.)*

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Muito bonita a jaqueta do senhor, da Polo, muito bonita a jaqueta, por sinal.

Eu queria saber do senhor... Pelas investigações que nós realizamos aqui, consta-me aqui — é até a pergunta feita pelo Deputado Bruno —, os primeiros contados, já em 2002, com Janene.

O senhor teria sido aquele que teve a ideia, juntamente com o Brahma, de montar esse esquema de corrupção na PETROBRAS e nas demais empresas? Porque me parece que tudo isso iniciou em 2002, pelo que nós temos verificado na investigação.

O senhor teria sido o idealizador, considerando as informações que nós temos de que o senhor é amigo particular do ex-Presidente Lula?

**O SR. ALEXANDRINO DE SALLES RAMOS DE ALENCAR** - Como falei anteriormente, permanecerei em silêncio.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Tranquilo. Vamos lá.

O senhor era o lobista, o contato direto que mantinha a ligação com o ex-Presidente Lula?

**O SR. ALEXANDRINO DE SALLES RAMOS DE ALENCAR** - Conforme falei anteriormente, permanecerei em silêncio.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Tranquilo. Nem respondeu se é corintiano, porque a Odebrecht construiu o Estádio do Corinthians... Mas vamos lá.

Considerando o seu grande relacionamento com muitos agentes políticos, vejo que, em 2002, a Odebrecht iniciou o relacionamento, como eu já disse, com Janene e com Youssef, e daí veio o mensalão. A Odebrecht foi investigada no



mensalão. Neste caso, eu gostaria de saber se serviu a lição do mensalão? Não serviu, porque a Odebrecht continuou contratando e caiu agora no petrolão. A casa caiu agora no petrolão.

Eu gostaria de saber — é uma pergunta que eu tenho feito a vários investigados, a várias testemunhas —, todo mundo quer saber — e ontem eu perguntei também ao Sr. José Dirceu, que também ficou calado, por enquanto — se o ex-Presidente Lula é líder dessa organização criminosa. É ele o líder dessa organização criminosa? Ele é o líder dessa pirâmide? Eu gostaria de saber se o senhor poderia me responder isso e também se a questão do mensalão não serviu como lição para a PETROBRAS.

**O SR. ALEXANDRINO DE SALLES RAMOS DE ALENCAR** - Como falei anteriormente, permanecerei calado, em silêncio.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Muito obrigado, Sr. Alexandrino. Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Agradeço ao Delegado Waldir.

Passo a palavra para o Deputado Aluisio Mendes.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Sr. Presidente, eu vou declinar de fazer as perguntas, dado que a empresa Odebrecht traçou uma estratégia de defesa aos seus diretores, que eu acho, como já disse aqui, extremamente equivocada. Mas, em função da posição dos depoentes aqui de não falarem nada, eu vou me abster de fazer qualquer pergunta agora e encaminhar para a Mesa as perguntas que eu teria para fazer.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Com a palavra o próximo Deputado inscrito, Deputado Celso Pansera.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Também não vai usar da palavra.

Em seguida, Deputado Carlos Andrade.

**O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE** - Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Alexandrino, bom dia! O seu nome completo é Alexandrino de Salles?



**O SR. ALEXANDRINO DE SALLES RAMOS DE ALENCAR** - Ramos de Alencar, Ramos de Alencar.

**O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE** - Alexandrino de Salles Ramos de Alencar.

V.Sa. já viajou com o Lula em viagens internacionais?

**O SR. ALEXANDRINO DE SALLES RAMOS DE ALENCAR** - Como falei anteriormente, permanecerai em silêncio.

**O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE** - Esses voos, segundo documentos, eram complementemente sigilosos.

Que tipo de sigilo uma empresa privada com negócios com o Governo pode ter com o ex-Presidente Lula?

**O SR. ALEXANDRINO DE SALLES RAMOS DE ALENCAR** - Conforme falei anteriormente, permanecerai em silêncio.

**O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE** - Nessa viagem foram tratados valores de propinas?

**O SR. ALEXANDRINO DE SALLES RAMOS DE ALENCAR** - Conforme falei anteriormente, permanecerai em silêncio.

**O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE** - V.Sa. seria capaz de negociar uma delação premiada para entregar mais políticos que as investigações ainda não alcançaram?

**O SR. ALEXANDRINO DE SALLES RAMOS DE ALENCAR** - Como falei anteriormente, permanecerai em silêncio.

**O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE** - Sr. Alexandrino, muito obrigado pelas suas respostas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Deputado Augusto Coutinho.

**O SR. DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO** - Declino.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Abre mão da palavra.

Não havendo mais Deputados inscritos, eu dispensei o convocado e já convido o Sr. Marcelo Bahia Odebrecht a tomar assento à Mesa.

*(Pausa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Advirto que V.Sa. será ouvido na qualidade de investigado, tendo em vista o teor dos requerimentos aprovados e



também a decisão judicial proferida no *habeas corpus* impetrado em seu favor. Ser-lhe-ão garantidos todos os direitos constitucionais inerentes à sua condição, inclusive o de permanecer em silêncio e ser assistido pelo seu defensor constituído.

Informo a V.Sa. que a sua colaboração para elucidação dos fatos certamente terá efeito nas conclusões desta CPI e que a versão apresentada nesta assentada poderá atrair para V.Sa. outros benefícios que a lei lhe garante.

Peço a atenção das senhoras e dos senhores para as normas estabelecidas no Regimento Interno da Casa.

O tempo concedido aos convidados será de até 20 minutos, prorrogáveis a juízo da Comissão, não podendo ser aparteados. Os Deputados interessados em interpelá-lo deverão inscrever-se previamente junto à Secretaria.

Com a palavra, por até 20 minutos, o Sr. Marcelo Bahia Odebrecht.

**O SR. MARCELO BAHIA ODEBRECHT** - Sr. Presidente, Srs. Deputados, olha, eu só queria dizer o seguinte: eu sempre estive à disposição para depor. Acho que durante todo esse processo, desde que estourou essa questão da Lava-Jato ou até antes. Sempre estive à disposição da mídia, dos Srs. Deputados; sempre estive à disposição inclusive da Justiça. Tive oportunidade de depor no âmbito do Supremo Tribunal Federal, respondendo a todas as perguntas que me foram feitas. Inclusive, fizemos uma petição ao pessoal de Curitiba para poder prestar esclarecimentos que — provavelmente, se isso tivesse feito — talvez até evitassem, muito provavelmente, a prisão nossa e dos meus companheiros.

Mas, infelizmente, neste momento — os senhores não de entender até por respeito ao Supremo Tribunal Federal —, no que tange especificamente ao processo, já que existe um processo criminal em andamento... Esta semana, por exemplo, inclusive as testemunhas de acusação estão sendo escutadas. Quer dizer, as nossas defesas vão ser feitas lá na frente. Então, neste momento, por essa decisão, a gente fica impedido de falar sobre o processo. Então, neste caso, estou aqui à disposição dos senhores, mas com essa questão. Eu espero que os senhores entendam essa situação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Sa.

Com a palavra o Relator desta CPI, Deputado Luiz Sérgio.



**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Sr. Marcelo, V.Sa. está detido aqui em Curitiba já há bastante tempo. Em todo esse tempo, quantas vezes V.Sa. foi ouvido pelo Juiz Sérgio Moro, pela Justiça, quantos depoimentos V.sa já prestou em todo esse período?

**O SR. MARCELO BAHIA ODEBRECHT** - Pelo Juiz Sérgio Moro, nenhuma vez. Quando eu estava na carceragem da Polícia Federal, acho que uma vez pela Polícia Federal. Acho que uma vez pela Polícia Federal, antes de a denúncia ter sido feito, ainda no período... Acho que no terceiro ou quarto dia da minha detenção, alguma coisa assim, e só.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Mesmo se colocando à disposição para todos os depoimentos?

O senhor é um jovem executivo de uma das mais importantes empresas brasileiras. A Odebrecht é uma empresa com uma importância muito grande no Brasil e em toda a América Latina; vinha conquistando cada vez mais espaço. A Odebrecht realizou as mais importantes obras ou participou das mais importantes obras realizadas por Governos de praticamente todos os partidos: PT, PSDB, PMDB... Quer dizer, é uma tocadora de obra. E, no que se refere à ação específica na PETROBRAS, como objeto da Operação Lava-Jato, a Odebrecht se viu no olho de um furacão.

Se alguns diretores cometeram algum delito, que os diretores, evidentemente, paguem pelos erros e pelos equívocos, se forem condenados. Mas, pela importância da empresa, para o desenvolvimento, para as obras que realiza, para os empregos que gera no País, que o instrumento de leniência seja preservado para que ela possa se manter.

Mas, fica sempre a pergunta de muitos: qual a diferença? Se é que teve cartel na PETROBRAS, não teria tido então em obras para Governo dos Estados, já que são as mesmas obras, os mesmos mecanismos de licitações?

Então, como V.Sa. analisa esse contexto da Odebrecht, já que há acusação de cartel apenas naquilo que foi tocado pela PETROBRAS, enquanto os mecanismos nos Governos dos Estados é praticamente o mesmo?

**O SR. MARCELO BAHIA ODEBRECHT** - Deputado, o senhor estaria me dando a oportunidade de me defender publicamente, mas justamente esse é o tipo



de matéria é faz parte do processo criminal. E, com certeza, será levada nos autos por minha defesa. Então, agradeço poder ter tido aqui a oportunidade de me defender publicamente, mas faremos isso nos autos do processo.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Outro ponto muito polêmico tem a ver com as doações de campanha. A empresa Odebrecht fez doações há tempos, até porque o que nós temos no País é a doação empresarial de campanha para candidatos a Governador de vários partidos — PT, PMDB, PSDB —, e fez doações para candidaturas a Presidente da República também de vários partidos, de candidatos vencedores e candidatos derrotados. E cria certo inconformismo que o recurso, para um, seja corrupção; o recurso, para outro, seja convencimento político.

O senhor, que preside uma das maiores empresas, esteve à frente, evidentemente, da estratégia da empresa, como explicaria a esta Comissão Parlamentar de Inquérito os mecanismos das doações para as campanhas eleitorais?

**O SR. MARCELO BAHIA ODEBRECHT** - Mais uma vez agradeço ao Sr. Deputado, até porque eu já tive oportunidade pública de falar sobre esse tema. E esse será novamente um tema que, com certeza, minha defesa trará nos autos do processo.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Sr. Presidente, aqui ressalto que o Sr. Marcelo não repete aquela frase “*Optarei pelo silêncio*”. Ele até busca, aqui, falar, mas, evidentemente, sem trazer dados para esta relatoria. Como tem sido minha postura com os outros depoentes, eu devolvo a palavra a V.Exa., para que nós possamos dar prosseguimento a esta audiência.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - Presidente, uma questão de ordem, rapidamente. Contribuindo, nós estamos vendo que o Dr. Marcelo tem tido uma postura diferenciada dos outros, e o Relator acabou de destacar isso aqui. Se o Dr. Marcelo quisesse contribuir com a CPI, seria possível transformarmos esta reunião em reunião reservada? Se ele estivesse disposto a nos dar alguns esclarecimentos, que ele acabou de dizer, em vez de ser numa reunião aberta, para que ele pudesse contribuir com a CPI? É só uma indagação que faço a V.Exa., se pudesse ser levada à consideração do Dr. Marcelo.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - É um dispositivo que a CPI tem, em sendo do interesse, pelo bom aproveitamento, que a reunião possa ser transformada em reservada, caso haja o intuito da colaboração de V.Sa. em responder os questionamentos. Nós temos totais e plenas condições de fazer isso neste momento, se houver o comprometimento de V.Sa. em responder os questionamentos dos Deputados, claro, sem ferir aqui a decisão do Supremo Tribunal Federal.

**O SR. MARCELO BAHIA ODEBRECHT** - É, eu até gostaria de consultar, mas eu acho essa questão delicada, porque eu estou aqui... Eu realmente não gostaria de desrespeitar a questão da decisão do Supremo Tribunal Federal. Eu acho que, Sr. Deputado, a questão é a seguinte, talvez seja o *time* desta CPI, em paralelo com o processo criminal ocorrendo, inclusive com depoimentos, nesta semana, de acusação. Então, eu, honestamente, gostaria de ter oportunidade, aqui nesta CPI, de, publicamente, falar tudo que posso, e infelizmente estou engessado, mas eu acho que é uma questão que, infelizmente, talvez, em outro momento, poderá, sim, ser uma oportunidade, entendeu? Mas, volto a afirmar, seja numa reunião reservada, seja numa reunião pública, eu não temo falar nada, certo? Apenas estou amarrado pela questão do processo penal que está ocorrendo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - O Deputado Altineu Côrtes é o primeiro Sub-Relator e tem a palavra.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTE**S - Sr. Marcelo, é a primeira vez que eu tenho a oportunidade de estar no mesmo ambiente, pessoalmente, com o senhor, e vou contar um fato que aconteceu comigo, quando eu conheci dois técnicos da Odebrecht e um engenheiro, na época, porque eu sou lá de Itaboraí, de São Gonçalo, onde fica o COMPERJ. E, no início da construção da terraplanagem, antes, naquele processo, os técnicos da Odebrecht, obviamente, estavam participando, ali, daquele início de obra. Certa feita, a Odebrecht pensou em fazer ali um investimento na área mineral, já que ela iria participar da obra do COMPERJ, e eu tive oportunidade de conversar — eu era Deputado Estadual na época — com os técnicos. Eu perguntei sobre o senhor. Perguntei: “*Mas como é que é o Presidente da Odebrecht?*”. E eles descreveram o senhor com um orgulho assim que me marcou. Eu citei esse exemplo várias vezes, além da maneira como aqueles



executivos trabalhavam... Outra coisa que me chamou a atenção foi isto também: um trabalhava há 33 anos na empresa, o outro trabalhava há 28 anos, o outro há 35 anos na empresa, pessoas que vinham lá de trás e que falavam da sua pessoa, uma pessoa que tratava tudo com rapidez, objetividade, com eficácia.

Essa situação toda aconteceu, e nós estamos aqui nessa oitiva hoje. Eu vi os diretores — não eram diretores, eram técnicos — da Odebrecht naquele momento, talvez engenheiros e técnicos. Eram duas, três pessoas que trabalhavam esse tempo na sua empresa e falaram do senhor com profundo orgulho.

Uma das coisas que também me marcou era a descentralização. Eles falaram da atitude da Odebrecht. Eu perguntei: *“Por que o crescimento da Odebrecht... Como é que cresceu tanto?”* Falaram da descentralização esses executivos. Eu pergunto ao senhor: numa situação como essa, imagino que a empresa toda está esperando... O senhor é o número um, é o dono. Como é que vai ser esse desenrolar? O senhor pretende fazer ou estuda fazer uma colaboração premiada?

**O SR. MARCELO BAHIA ODEBRECHT** - Deputado, eu digo o seguinte... Primeiro, agradeço as menções que o senhor fez...

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Eu quero até dizer o seguinte: eu repeti aqui o que eu ouvi dos funcionários da Odebrecht. *(Riso.)*

**O SR. MARCELO BAHIA ODEBRECHT** - Uma coisa que eu sempre costumo dizer é o seguinte: quem nos conhece reconhece. Com relação à minha pessoa, eu acho que eu não chego nem aos pés daqueles a quem eu sucedi. Eu costumo dizer o seguinte: uma geração só é avaliada pela geração seguinte. Então, tudo o que eu e minha geração estamos fazendo decorre de tudo o que aprendemos da geração a quem a gente sucedeu. Então, talvez o meu sucesso e o de minha geração vai ser medido pelo que minha geração depois de mim vai fazer. O meu legado será a geração que vem depois de mim. E, entre o meu legado, eu acho que tem valores inclusive morais dos quais eu nunca abrirei mão.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Mas o senhor pretende fazer uma delação premiada, uma colaboração?

**O SR. MARCELO BAHIA ODEBRECHT** - Eu diria que, entre esses valores... Entendeu? Desde criança, quando lá em casa as minhas meninas tinham uma discussão, falavam e tinham uma briga, uma dizia: *“Olha, quem fez isso?”* Certo? Eu



diria o seguinte: eu talvez brigasse mais com quem dedurou do que com aquele que fez o fato.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Mas o senhor usou a palavra “dedurar”. O senhor usou a palavra “dedurar”. A minha colocação não é bem essa, a minha colocação é a seguinte: eu vi a expectativa naquele momento... Eu nem pensava até em ser candidato a Deputado Federal, isso anos atrás, talvez em 2006. Nós estamos em dois mil e... Eu vi a expectativa... Não a expectativa... Eu vi o orgulho dos funcionários da Odebrecht em relação ao senhor, e essa situação se encontra do jeito que está. Para o senhor fazer uma delação premiada, se todos os fatos que são colocados em relação à Odebrecht são fatos que têm procedência, e o Ministério Público Federal, o Dr. Sérgio Moro e a Polícia Federal vêm fazendo um trabalho espetacular...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Deputado Altineu, 1 minuto para o término do seu tempo.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Eu pergunto ao senhor: o senhor pensa em fazer uma delação premiada?

**O SR. MARCELO BAHIA ODEBRECHT** - Sr. Deputado, primeiro, para alguém dedurar, ele precisa ter o que dedurar. Esse é o primeiro fato. Isso eu acho que não ocorre aqui. Segundo, tem uma questão de valor moral, ainda que alguém tivesse. Eu estou falando um terceiro fato. Uma terceira pessoa. Eu questiono essa questão, mas para dedurar primeiramente precisa ter o que dedurar.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Sr. Presidente, para não ultrapassar o tempo, eu gostaria então... Eu tenho 16 perguntas, mas, para não estender o tempo, eu vou registrar as minhas perguntas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Deputado Bruno Covas é o próximo. Sub-Relator, V.Exa. tem a palavra.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Sr. Marcelo Odebrecht, o senhor disse na sua exposição inicial que, no que tange à ação criminal, não vai fazer nenhum pronunciamento, vai permanecer em silêncio. O senhor consegue aqui, de alguma forma, como cidadão ou como empresário, pensar em alguma coisa, seja na questão da partilha, seja na questão da formação, da atuação, das obras



relacionadas à PETROBRAS? O senhor poderia mencionar, descrever, contribuir aqui para a CPI, tentando então retirar essa questão da ação penal?

**O SR. MARCELO BAHIA ODEBRECHT** - Olha, essa é uma matéria tipicamente relacionada à questão penal. Eu acho que, como contribuição só mais macro, eu acho que o País e todos nós deveríamos cuidar melhor tanto da PETROBRAS, da imagem da PETROBRAS, quanto da imagem das empresas nacionais. Acho que é só isso que eu posso falar. Acho que esse processo está gerando desgaste desnecessário talvez para a própria PETROBRAS e para as empresas nacionais. Fora isso, entrar em mais detalhes talvez até entraria num processo em nossa defesa.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Muito bem. Agora já entrando mais especificamente em relação às questões que estão aqui colocadas, mesmo o senhor se mantendo em silêncio, tem algumas questões que a gente precisa fazer.

O senhor disse que não há nada a dedurar. Portanto, eu posso concluir dessa fala que o mencionado clube ou clube VIP que aparece no processo não existe.

**O SR. MARCELO BAHIA ODEBRECHT** - Deputado, veja bem: é só uma questão de que eu não estou me negando a falar, apenas estou me delimitando a falar de questões que envolvam a questão do processo. Peço desculpa ao senhor.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Não precisa pedir desculpa, porque é até um direito. Não sou eu quem tem que desculpar ou deixar de desculpar.

Nas suas conversas que já teve oportunidade de ter com a Presidente Dilma, em algum momento o senhor tratou da relação entre a Odebrecht e a PETROBRAS?

**O SR. MARCELO BAHIA ODEBRECHT** - Olha, é provável, é óbvio. Eu acho que, tratando-se da relação, é provável. Obviamente que tudo é conversa republicana. Isso aí é provável.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - E nas conversas que o senhor teve com o ex-Presidente Lula, o senhor também chegou a tratar da relação da Odebrecht com a PETROBRAS?

**O SR. MARCELO BAHIA ODEBRECHT** - É provável e mais do que natural.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Ele na Presidência e também ele depois, como ex-Presidente?



**O SR. MARCELO BAHIA ODEBRECHT** - Veja bem, aí é provável e natural. Se eu me encontro... Acho que é difícil um empresário... Você está falando de duas das maiores empresas brasileiras que têm uma relação muito forte, que transcende todos os setores, entendeu? E é provável que, se eu me encontrar com um amigo, um empresário, um político ou qualquer um, venha à tona o tema PETROBRAS, venha à tona a Odebrecht. É mais do que natural e provável que com qualquer pessoa esse tema venha. Não me lembro especificamente de nenhuma conversa específica. É muito provável.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Sr. Presidente, eu tenho outras perguntas, mas acho que elas entram em muito detalhes da ação. Então, vou encaminhá-las.

Se, em certo momento, o senhor ou o seu advogado acharem que é o momento certo de responder a essas perguntas, o senhor pode fazer por escrito à CPI.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço ao Deputado Bruno Covas.

Deputado Prascidelli.

**O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI** - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Marcelo, como já foi dito aqui, evidentemente a sua empresa, V.Sa. é daqueles empresários que qualquer estudante de Engenharia quer seguir profissionalmente, pela dimensão, pela complexidade, pela atuação no Brasil e fora do Brasil. Evidentemente, passa agora por um processo em relação ao qual todos os brasileiros, de certa forma, têm uma certa perplexidade, em função daquilo que está sendo acusado.

V.Sa. comentou aqui que não fez nenhum depoimento ou fez um depoimento e sempre se colocou à disposição da Justiça. A primeira pergunta é se o senhor tem conhecimento do inteiro teor das acusações as quais lhe são atribuídas — o senhor e os seus advogados.

**O SR. MARCELO BAHIA ODEBRECHT** - Não. Não temos inteira... Esse inclusive é um ponto de que nós cansamos de falar. Nós não temos acesso a todas as acusações que são feitas sobre nós. Inclusive, não fui, só fui interrogado



basicamente uma vez, quando estava na PFI. E quanto ao momento e ao orgulho, aí, que nós representamos, eu acho o seguinte: eu garanto, Sr. Deputado, que eu tenho fé que sairemos dessa ainda mais fortalecidos, e espero continuarmos sendo, não só nós, como outras empresas que levam o nome do Brasil afora continuar ser esse orgulho aí, principalmente para os estudantes de Engenharia, mas também para outras profissões.

**O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI** - O senhor, nessa condição de não ter conhecimento do inteiro teor das acusações — como o senhor está dizendo —, o senhor acha adequada, correta a prisão, considerando que o senhor se considerou sempre à disposição da Justiça, como disse aqui?

**O SR. MARCELO BAHIA ODEBRECHT** - Sr. Deputado, a minha vontade de responder é muito grande, mas, inclusive, essa fará parte da estratégia da nossa defesa.

**O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI** - Deixe-me fazer uma outra pergunta: o senhor tentou em algum momento obstruir as investigações ou destruir provas com relação às investigações?

**O SR. MARCELO BAHIA ODEBRECHT** - Mais uma vez, o senhor está me dando uma excelente oportunidade aqui de me defender publicamente, mas é outro ponto que, com certeza, fará parte da estratégia da nossa defesa.

**O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI** - Na sua opinião, há um certo abuso com relação às prisões, a sua e a de outras pessoas, eventuais?

**O SR. MARCELO BAHIA ODEBRECHT** - Sr. Deputado, é exatamente. Eu agradeço ao senhor. Acho que é mais uma excelente oportunidade que o senhor está me dando. Mas é que, com certeza, os nossos advogados estão e se manifestarão sobre esse ponto que o senhor está levantando.

**O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI** - Mais duas perguntas, Sr. Presidente: a primeira, com relação aos procedimentos adotados de contratação das empresas na PETROBRAS, evidentemente, desconsiderando as especificidades jurídicas de cada caso, estou dizendo com relação aos procedimentos adotados pelas empresas. Há diferenças ou houve diferenças dos procedimentos adotados de contratação da sua empresa pela PETROBRAS com relação a outras obras de Governos Estaduais ou de outros Governos ou de outras empresas?



**O SR. MARCELO BAHIA ODEBRECHT** - Sr. Deputado, olha, eu aprendi com meu avô, entre vários aprendizados, que as melhores respostas começam com as grandes perguntas, e eu agradeço muito as perguntas que o senhor está fazendo, porque elas seriam as minhas respostas.

**O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI** - Por último, então, para concluir: O senhor tem convicção de que agiu durante todo esse processo de forma correta e dentro dos preceitos da normalidade?

**O SR. MARCELO BAHIA ODEBRECHT** - Muito obrigado.

**O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI** - Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - O autor do requerimento, Deputado Aluisio Mendes, tem a prerrogativa de falar inicialmente, por ser o autor.

Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Sr. Presidente, eu, como fiz anteriormente, vou declinar de fazer as perguntas, até porque a postura do Dr. Marcelo, no sentido de se reservar o direito de só falar na defesa, na Justiça, sobre os pontos dos quais ele é acusado... Só queria fazer uma pergunta: O senhor disse que só foi ouvido uma vez na Polícia Federal. Nessa oportunidade, lhe foi oferecida a possibilidade de assinar um termo de colaboração premiada? Foi-lhe oferecida essa oportunidade?

**O SR. MARCELO BAHIA ODEBRECHT** - Sim, foi.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Foi. E baseado em que fatos, em que elementos lhe foi oferecida? Foi apresentado ao senhor algum tipo de prova com relação ao senhor, para que o sensibilizasse no sentido de assinar esse termo?

**O SR. MARCELO BAHIA ODEBRECHT** - Nenhuma.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - O senhor, anterior a essa fase da operação, onde sua prisão foi decretada, o senhor já tinha se oferecido para prestar algum tipo de depoimento à Justiça Federal, ao Ministério Público Federal?

**O SR. MARCELO BAHIA ODEBRECHT** - Como disse, sim.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - E de que forma isso foi feito? Através de ofício, através de seus advogados, como foi feito isso?

**O SR. MARCELO BAHIA ODEBRECHT** - Inclusive, através de petições nossas ao pessoal de Curitiba.



**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - O senhor nunca teve nenhuma resposta com relação a esse oferecimento de se apresentar espontaneamente e esclarecer fatos que eram apontados com relação à sua empresa?

**O SR. MARCELO BAHIA ODEBRECHT** - Não.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Para finalizar aqui, Sr. Presidente: O senhor acredita que, depois do impacto que essa sua prisão e de todo o seu grupo causou na sua empresa, talvez a maior empreiteira da América Latina, há possibilidade de essa empresa resistir a essa imagem negativa hoje, que permeia toda a sociedade brasileira, e ela ressurgir com a pujança que tinha anteriormente?

**O SR. MARCELO BAHIA ODEBRECHT** - Eu tenho absoluta certeza e confiança nos meus (*ininteligível*), por tudo que dizemos, por quem nos conhece e reconhece e por todo o apoio que estamos tendo, que cada um de nós vai superar esse momento e, como disse, vamos sair mais fortalecido ainda dessa crise. Não será a primeira, nem será a última, e a cada crise eu acho que a gente tem saído superado.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Mas o senhor concorda que o impacto dessa operação dentro da sua empresa realmente foi devastador e que isso levará algum tempo, salvo melhor juízo? Com a sua absolvição ou a sua condenação, nós teremos aí a possibilidade realmente de a empresa ressurgir desse grande abalo que sofreu agora. Eu acho que essa possibilidade de a empresa voltar a ser o que era vai depender muito do resultado da ação penal que é movida contra o senhor e seus diretores.

**O SR. MARCELO BAHIA ODEBRECHT** - Crise é uma coisa que ninguém deseja, mas, ela vindo, a gente tem que tomar o máximo proveito de si, e sair dela mais forte.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Eu tinha algumas perguntas a fazer, Sr. Presidente, mas como o Sr. Marcelo já se posicionou com relação à resposta, fará isso no momento propício, eu vou encaminhar à Secretaria da CPI.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.  
Deputado Delegado Waldir, V.Exa. tem a palavra.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Sr. Presidente, Sr. Marcelo, senhores advogados, eu vou direcionar ao senhor algumas perguntas. Eu gostaria



de saber o seguinte: O senhor, pessoalmente, está preocupado com a denúncia de 56 vezes por corrupção e 36 vezes por lavagem de dinheiro? O senhor está preocupado neste momento?

**O SR. MARCELO BAHIA ODEBRECHT** - Sr. Deputado, essa é uma pergunta que eu gostaria de responder imensamente, mas essa faz parte justamente daquelas que envolve o processo, eu realmente tenho aí, por respeito, que não poder falar, comentar.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Eu gostaria de saber se o senhor ou a sua assessoria ou pessoas na Odebrecht — porque isso são notícias que têm surgido e eu tenho acompanhado no noticiário e também realizado algumas investigações — o senhor ou sua assessoria tem vazado informações para pressionar políticos, Ministros? Nós tivemos uma reunião entre o Ministro Eduardo Cardozo e o Janot fora do País. Vocês têm pressionado para que o Procurador ou para que alguma ação seja realizada na Justiça Federal, no âmbito da Polícia Federal, do Ministério Público para esvaziar essa investigação, para que o senhor e as pessoas presas do seu grupo sejam colocados em liberdade?

**O SR. MARCELO BAHIA ODEBRECHT** - Jamais. E esse é o tipo de esclarecimento que, com certeza, faremos no devido momento.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - O.k. O senhor diria, como empresário, como empreiteiro, que fez uma aposta errada ao financiar centenas — não sei se centenas —, ou dezenas de campanhas políticas de Governadores, Prefeitos, Presidente da República, Deputados, Senadores? O senhor acha que foi uma má aposta e que agora, 2016, 2018, os empresários brasileiros, considerando a Operação Lava-Jato, devem mudar o seu perfil de investimento na política?

**O SR. MARCELO BAHIA ODEBRECHT** - Sr. Deputado, eu sempre tive uma posição muito clara em relação a financiamento de campanha. E esse é um dos temas que nós vamos elaborar mais, certamente durante o processo da minha defesa.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - O.k. Já estou finalizando, Sr. Presidente. Ocorreu, em algum momento, um plano B em relação à prisão do senhor? Foi muito noticiado pela imprensa que, caso o senhor fosse preso, o senhor



poderia sair do País, fugir da possível responsabilização. Isso aconteceu efetivamente?

**O SR. MARCELO BAHIA ODEBRECHT** - Jamais.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Jamais.

**O SR. MARCELO BAHIA ODEBRECHT** - E essa é uma das ilações que nós vamos aí esclarecer ...

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Tranquilo.

**O SR. MARCELO BAHIA ODEBRECHT** - ... no correr do processo.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Apenas para mencionar, finalizar, o Sr. Emílio é seu pai, não é? Surgiu uma matéria numa revista de grande...

**O SR. MARCELO BAHIA ODEBRECHT** - Com muito orgulho.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Oi?

**O SR. MARCELO BAHIA ODEBRECHT** - Com muito orgulho.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Parabéns. Eu também me orgulho muito do meu pai, Sr. José Inácio. Eu gostaria de fazer uma pergunta para o senhor — até saiu numa revista de grande circulação nacional: O senhor disse que em nenhum momento vai fazer delação premiada. E eu não considero quem faz isso dedo-duro. Eu acho que, na verdade, ia passar a limpo o País. O senhor, o Sr. Ricardo Pessoa, eu acredito, e outras pessoas também poderiam fazer isso, como alguns estão fazendo. Então, não considero um dedo-duro.

Na verdade, eu queria saber o seguinte: Nessa grande revista de circulação nacional foi mencionado, supostamente — eu não sei também se é ilação, se é lenda —, que seu pai teria falado que, caso o senhor fosse preso, poderia se construir uma cela para a Presidente Dilma e outra cela para o Lula, e uma talvez para ele. O senhor já disse aqui que não vai fazer delação nem colaboração. O senhor acha que o seu pai — que, também, eu acho que tem o mesmo conhecimento que o senhor ou mais conhecimento, ou a sua família —, considerando a situação em que o senhor está hoje, amanhã, se o senhor continuar preso, e o senhor tem filhos, como eu tenho filhos também, o senhor não acha que eles, por compaixão, por decisão, por querer passar a limpo o Brasil, para mudar esse País, o senhor não acha que ele ou alguém da sua família...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputado.



**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Eu só estou concluindo, Sr. Presidente. Estou no meio, no finalzinho da pergunta. O senhor não acha que eles iriam chegar até os poderes constituídos e fazer, não a delação, mas fazer um depoimento que esclarecesse e realmente pudéssemos chegar ao líder dessa organização criminosa? Eu vejo que o senhor, como empreiteiro, o senhor está preso, vários empreiteiros estão presos, vários doleiros estão presos, alguns políticos estão presos, mas faltam algumas pessoas ainda, inclusive o líder dessa organização criminosa, o topo da pirâmide. O senhor não acha que eles fariam essa contribuição à Justiça brasileira, ao povo brasileiro?

**O SR. MARCELO BAHIA ODEBRECHT** - Sr. Deputado, nós temos que ter muito cuidado com especulações. E, no que tange ao meu pai, os valores morais que eu defendo e tenho eu aprendi justamente com os meus pais e meus avós.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Obrigado.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Deputado Alberto Filho.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO FILHO** - Sr. Presidente, alguns questionamentos que não eram ligados diretamente à questão do processo que está em andamento, o nobre depoente respondeu aqui da maneira que achava conveniente. Mas eu queria perguntar-lhe se V.Sa. tinha conhecimento do clube das empreiteiras ou clubes *vips* onde havia ali direcionamentos de licitações na PETROBRAS — certo? —, onde também, em depoimentos feitos, até mesmo em delação premiada, diziam que a Odebrecht era quem liderava esse clube das empreiteiras.

V.Sa. tinha conhecimento? Participou de alguma reunião para tratar sobre isso?

**O SR. MARCELO BAHIA ODEBRECHT** - Essa é uma daquelas perguntas que eu gostaria de poder responder e, com certeza, responderemos nos autos do processo, mas é objeto da ação criminal.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO FILHO** - Sr. Presidente, no mais...

**O SR. MARCELO BAHIA ODEBRECHT** - E daremos, certamente, publicidade a ela no momento devido.



**O SR. DEPUTADO ALBERTO FILHO** - Certo. No mais, vou encaminhar as perguntas aqui à Mesa, as perguntas por escrito, e agradecer a oportunidade.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Deputado Celso Pansera, próximo inscrito, tem a palavra.

**O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA** - Sr. Marcelo, eu vou tentar fugir a essa questão criminal. A Odebrecht tenciona ou estuda a possibilidade de um acordo de leniência com o Ministério Público ou com a AGU para voltar a atuar no mercado?

**O SR. MARCELO BAHIA ODEBRECHT** - Essa é uma matéria do processo. Então, inclusive, eu não... Até eu estou afastado nesse momento, eu não posso, mas é uma matéria do processo, é uma daquelas matérias que, infelizmente, nós não podemos.

**O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA** - É porque nós temos atentado para essa questão como uma das vertentes de ação da CPI. Então, muitas vezes, a visão do mercado nos ajuda até a aprimorar a lei. É nesse sentido que formulo a minha pergunta.

**O SR. MARCELO BAHIA ODEBRECHT** - Olha, eu acho o seguinte. Eu acho que essa questão, falando de uma maneira mais conceitual e genérica, essa questão de leniência, procedimento de (*ininteligível*) entre empresas — entendeu? —, eu acho que nós estamos, inclusive, muito avançados em relação ao que se pratica no Brasil. Gostaríamos de poder contribuir, junto à Câmara dos Deputados, com essa questão. Mas eu acho que é o tipo do tema, inclusive, que nós gostaríamos de trazer para nossa defesa nos autos. Então, é importante isso. Eu acho que, seja nos autos, vamos dar publicidade a esse tema. Mas eu acho que é um dos temas que eu acho que a gente pode contribuir muito nessa questão.

**O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA** - Por fim, uma última pergunta.

Nessa questão existe uma preocupação com o mercado de trabalho e a movimentação da economia. A situação de solvência da Odebrecht, após esse vendaval todo, como se encontra nesse momento? E, se há alguma estratégia de se desfazer de ativos da empresa, para ela continuar atuando no mercado, existe algum estudo, um posicionamento da empresa sobre isso?



**O SR. MARCELO BAHIA ODEBRECHT** - Deputado, eu posso assegurar, não resta a menor dúvida que, nesse processo todo, existe. Obviamente, a empresa sofre, projetos eventualmente não são iniciados, você posterga investimento. Hoje, nós temos, talvez, 180 mil integrantes, talvez pudéssemos ter mais. Quer dizer, milhões de pessoas, hoje, é verdade, no mundo todo, dependem direta ou indiretamente da Odebrecht, seja por perda de emprego seja por empregos que não estão sendo gerados. São muitos, são muitas famílias que estão sendo prejudicadas, entendeu? Mas, fora essa questão de que nós podíamos estar gerando muito mais empregos ou preservando muito mais empregos, eu posso garantir ao senhor que a empresa continua absolutamente sólida.

**O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA** - Só uma questão. Existe agora, a Presidente Dilma lançou mais um Programa de Investimento em Logística. Vocês têm, a empresa de vocês fez muito investimento nos últimos anos, concessões do Governo Federal, etc. Isso influencia na ação de vocês no próximo período...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputado.

**O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA** - ... em relação a essas iniciativas do Governo Federal, que vêm exatamente para retomar o crescimento econômico?

**O SR. MARCELO BAHIA ODEBRECHT** - Deputado, veja bem, falando de uma maneira genérica, eu tenho comentado, desde que eu entrei, desde que eu fui detido, isso faz já quase 90 dias, eu nunca passei uma orientação específica sobre o que as diversas empresas — nós temos hoje quase 500 empresas na organização — deviam estar fazendo. Primeiro, que nós somos extremamente descentralizados, sempre fomos. E, segundo, eu acho que, com a limitação de informação que eu tenho hoje, não existe nenhuma decisão que não possa ser antecipada ou tomada pelos meus empresários com as quais eu possa contribuir. Então, essa pergunta, com certeza, alguém lá fora, alguém que está cuidando dessas empresas, que vai tomar, porque hoje eu me sinto totalmente incapaz de tomar qualquer decisão ou até influenciar e ser influenciado, interagir. Até porque a única comunicação que eu tenho é via advogados. E eu costumo brincar o seguinte. Sabe aquela história do telefone sem fio? Eu brinco sempre, eu hoje tenho telefone por advogados.

**O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA** - Obrigado. Eu acho que colaborou de qualquer forma com a gente.



Presidente, era isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Deputado Carlos Andrade é o próximo inscrito e tem a palavra.

**O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE** - Sr. Marcelo Bahia, bom dia! No mês que se encerrou agora, eu pude observar que saiu uma lista, que foi divulgada dia 28, pela revista de negócios *Forbes*, onde ela o coloca como o nono homem mais rico do País. O senhor conhece o material, essa matéria. Nós observamos também que a Odebrecht é uma das mais, senão a maior, uma das maiores empreiteiras do Brasil. Como é que o senhor se sente hoje vendo uma referência para os brasileiros, inclusive, do Brasil e fora do Brasil, na América Latina? Como é que o senhor se sente hoje vendo a empreiteira, o senhor, como sucessor dessa organização, envolvido no maior escândalo de corrupção do Brasil?

**O SR. MARCELO BAHIA ODEBRECHT** - Primeiro, esclarecer o seguinte. Essa reportagem que é, no fundo — eu imagino que essa seja uma reportagem antiga que já circulava —, tem uma imprecisão grande, porque ela basicamente atribui um valor à organização e a coloca como se a organização pertencesse a Marcelo. Primeiro, eu sou um dos “n” acionistas dessa organização.

**O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE** - Perfeito.

**O SR. MARCELO BAHIA ODEBRECHT** - Segundo, ainda que essa organização tenha todo esse valor, esse valor está à disposição da sociedade, gerando emprego, gerando impostos, gerando renda — certo? —, contribuindo com muitas pessoas. Então, eu acho... A gente costuma dizer na organização o seguinte: na nossa organização, na organização Odebrecht, a família é pobre e a empresa é rica, justamente porque é a empresa que gera riqueza para a sociedade. Nós temos um histórico de baixa distribuição de dividendos, porque os dividendos vão para os acionistas. Mas nós temos um histórico muito grande de pagamento de impostos, pagamento de renda, projetos sociais. Nós talvez gastemos por ano mais em programas sociais junto às comunidades do que em dividendos para os acionistas. Então, na verdade, quando existe um prejuízo à Odebrecht não são os acionistas que perdem; quem perde é toda a sociedade.

**O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE** - Doutor, só que a sociedade brasileira ela não está com essa percepção hoje da Odebrecht...



**O SR. MARCELO BAHIA ODEBRECHT** - E eu agradeço...

**O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE** - ...envolvida no escândalo. E o senhor tem a oportunidade...

**O SR. MARCELO BAHIA ODEBRECHT** - E eu agradeço...

**O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE** - ... de esclarecer isso.

**O SR. MARCELO BAHIA ODEBRECHT** - Exatamente. Eu agradeço...

**O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE** - Porque a sociedade brasileira hoje vê, por exemplo, a Odebrecht envolvida no maior escândalo de corrupção e desvio de dinheiro no Brasil, inclusive com contas no exterior, não é verdade?

**O SR. MARCELO BAHIA ODEBRECHT** - Por isso que eu agradeço a oportunidade que o senhor está me dando,...

**O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE** - Exatamente.

**O SR. MARCELO BAHIA ODEBRECHT** - ...não só para esclarecer essa reportagem, que é mal-elaborada do ponto de vista da minha riqueza. Que não é a minha riqueza, essa riqueza está na empresa.

**O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE** - Não representa a sua empresa também?

**O SR. MARCELO BAHIA ODEBRECHT** - Não representa minha riqueza. Ela está à disposição daqueles que se beneficiam do que a organização faz.

**O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE** - O.k.

**O SR. MARCELO BAHIA ODEBRECHT** - Eu tenho muito orgulho de colocar, então, o patrimônio, que nós chamamos o seguinte: os acionistas Odebrecht colocam o seu patrimônio, tangível e intangível, a serviço dos seus clientes, dos seus integrantes e da sociedade.

**O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE** - Dr. Marcelo, qual foi a atuação da Odebrecht no episódio da concentração de mercado da indústria petroquímica no Brasil, que favoreceu à Braskem?

**O SR. MARCELO BAHIA ODEBRECHT** - Esse é um tema que... O senhor está me dando oportunidade... Eu gostaria de estar aqui podendo defender, mas, novamente, como faz parte aí do processo, eu não vou poder responder.



**O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE** - Então, só mais uma pergunta: Quem determinou a compra de Nafta a preço mais barato dentro da PETROBRAS para benefício à Braskem?

**O SR. MARCELO BAHIA ODEBRECHT** - Com certeza, estará nos autos do processo. Por parte, faz parte da estratégia da nossa defesa responder isso.

**O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE** - O senhor percebe que a sociedade brasileira não percebe a questão social da Odebrecht? Que ela percebe esse desvio, a corrupção? Que as pessoas veem a Odebrecht como uma referência, mas, ao mesmo tempo, tem um conjunto de coisas obscuras debaixo do tapete?

**O SR. MARCELO BAHIA ODEBRECHT** - Isso é um fenômeno aí da publicidade opressiva. E eu conto, inclusive, com o senhor e outros Deputados para ajudar a acabar com essa disfunção.

**O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE** - O senhor tem a oportunidade de falar para a imprensa. A imprensa está toda aqui hoje aí.

**O SR. MARCELO BAHIA ODEBRECHT** - E estou falando dentro do possível, que não comprometa o processo criminal, em respeito à decisão... (*ininteligível*).

**O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE** - Mais uma pergunta, Dr. Marcelo: Por qual motivo a sua defesa arrolou o ex-Presidente da PETROBRAS, João Sérgio Gabrielli, como testemunha à sua defesa — José Sérgio Gabrielli.

**O SR. MARCELO BAHIA ODEBRECHT** - Com certeza, será esclarecido ao longo do processo.

**O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE** - Sr. Presidente, muito obrigado. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

O próximo inscrito é o Deputado Kaio Maniçoba.

**O SR. DEPUTADO KAIO MANIÇOBA** - Sr. Presidente, Sr. Marcelo, entre algumas perguntas que nós tínhamos aqui para fazer para o senhor, mas sabendo da impossibilidade de resposta, eu queria perguntar o seguinte: Qual era o critério usado por vocês, da Construtora Odebrecht, para fazer as doações de campanha aos candidatos presidenciais, as doações legais, as doações que foram colocadas como legais na Justiça?



**O SR. MARCELO BAHIA ODEBRECHT** - Eu já tive oportunidades antes, publicamente, de falar sobre os critérios. E, com certeza, será um tema que, se necessário for, será trazido novamente durante o processo de defesa.

**O SR. DEPUTADO KAIO MANIÇÓBA** - Mas o senhor não pode falar das que foram legalizadas, das que foram constatadas pelo TSE?

**O SR. MARCELO BAHIA ODEBRECHT** - Neste momento é importante... Esse... Como esse é um tema que está dentro da questão do processo penal, eu preferia estar falando dentro do processo penal.

**O SR. DEPUTADO KAIO MANIÇÓBA** - Muito obrigado, Sr. Presidente. Sem mais...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Não havendo mais...

O Deputado Júlio Delgado deseja fazer uso da palavra?

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - Durante a tentativa do senhor de contribuir aqui, me suscitaram três dúvidas que eu gostaria de lhe perguntar, de forma categórica, uma dessas, independente do processo, e já estou convencido de que algumas das partes têm envolvimento com a sua estratégia de defesa em não poder falar. Mas o senhor poderia dizer para nós qual que é a sua posição pessoal, do Sr. Marcelo, com relação ao financiamento de campanha eleitoral?

**O SR. MARCELO BAHIA ODEBRECHT** - O senhor disse que tinha uma posição...

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - Sobre financiamento. Qual que era a posição teórica do senhor a respeito disso, não é? Não quero saber quais foram as doações da Odebrecht; eu quero saber qual que é a posição sua, do Marcelo, a respeito disso?

**O SR. MARCELO BAHIA ODEBRECHT** - Sou a favor.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - Da doação.

**O SR. MARCELO BAHIA ODEBRECHT** - Sempre fui. Já me posicionei publicamente a favor.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - Está respondido. Eu até o agradeço.

Outra coisa: também, no momento da pergunta do Sr. Deputado Altineu, o senhor disse: *“Não vou dedurar — também o Deputado Waldir fez isso —, não vou*



*dedurar tudo*". O senhor considera ou desconsidera a possibilidade de fazer uma colaboração premiada neste momento?

**O SR. MARCELO BAHIA ODEBRECHT** - Conforme eu falei, o seguinte: Só dedura quem tem o que dedurar. Independentemente disso, tem questões de valores numa decisão dessa.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - Sabe por que que eu estou lhe fazendo essa pergunta? Nós estamos convivendo um momento, há vários desses lobistas, ex-diretores que estão presos, outros não, alguns já foram inclusive soltos, com relação a essa, às colaborações. E o que está acontecendo nessas colaborações, Sr. Marcelo? Nós temos... A colaboração é feita; os seus advogados instruem, V.Sa. sabe muito bem disso, não está aqui... Mas a colaboração é feita para ela poder ajudar, vamos dizer, orientar e facilitar a Justiça a apurar determinada coisa.

O senhor acabou de dizer que não tem o que acrescentar. Por isso, neste momento, desconsidera. Porque só dedura quem tem o que dedurar ou só colabora quem tem. Nós estamos descobrindo, na colaboração, que tem muita gente que desvirtua a própria colaboração e, portanto, vai perder o direito a ela, portanto, vai ter a sua pena de detenção triplicada, quadruplicada, porque, em vez de facilitar, ajudar, auxiliar o serviço da Justiça, tem obstruído, desvirtuado o caminho. O caminho da apuração é esse, e está mostrando um outro caminho com informações que, muitas vezes, são mentirosas, e outras informações são para poder manter alguns ativos, algumas coisas que ainda estão acontecendo.

Então, mesmo no termo da delação ou da colaboração, existe um caminho que beneficia a Justiça. E aqueles que não a estão fazendo podem ser prejudicados. Por isso que, ao lhe perguntar, eu disse que tenho que fazer, porque não é uma hipótese de negar, é na hipótese de nós sabermos que eventualmente, à frente, pode ser que seja necessário. E, aí, eu espero... E ter visto aqui a sua boa intenção de tentar, no máximo possível, dentro da sua defesa, mas colaborar com a apuração que nós estamos tentando fazer com relação ao que é escuso e não ao que é público, conforme eu te perguntei da sua posição pessoal com relação às doações. E isso é muito claro.



E uma última pergunta também, que foge do seu processo. Tudo isso, tudo isso começou com uma compra equivocada feita pela PETROBRAS, a Odebrecht não participou. Então, eu te faço como uma pergunta: Uma compra equivocada feita pela PETROBRAS de uma refinaria em Pasadena, e, aí, se descobriu um ativo muito grande, uma empresa, que foi a concorrente Belga, tinha todo aquele passivo. Como é que, de fora, a Odebrecht, que tinha atuação na PETROBRAS, era uma decisão do Conselho Deliberativo, acompanhou aquele processo que desencadeou, desencadeou todo o restante da apuração que hoje nós estamos apurando: navio sonda, perfuração, refinarias?

Mas esse processo começou por um ato equivocado de uma compra equivocada, reconhecida por diretores, ex-presidentes, Conselho administrativo da PETROBRAS, e uma empresa da qual a Odebrecht trabalhava. Eu lhe pergunto: Como é que o senhor, como empresário, viu uma empresa, do porte da PETROBRAS, que acabou de pedir que fizesse a defesa, participando e entrando numa furada como aquela, que, talvez, tenha sido o começo de um desvio ou uma parte muito grande do comprometimento dos ativos da empresa?

**O SR. MARCELO BAHIA ODEBRECHT** - Sr. Deputado, eu estaria especulando sobre algo que eu não conheço.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - O senhor não conhece do processo de Pasadena?

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Não havendo mais...

O Relator deseja fazer algum questionamento?

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Tem a palavra.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Não é que, o Sr. Marcelo, respondendo a uma pergunta, acho que do Deputado Prascidelli, enquanto Relator, um fato me chamou a atenção: V.Sa. está preso há quase 90 dias e não tem conhecimento do inteiro teor das acusações que são feitas a V.Sa. e a sua empresa?

**O SR. MARCELO BAHIA ODEBRECHT** - Não. Inclusive, tem uma testemunha de acusação amanhã, que será escutada, sobre a qual nós não temos



acesso à delação da mesma, e a muitos outros documentos. Quer dizer, foram sonegados à defesa, inclusive fazem parte da nossa defesa. Em absoluto, nem eu nem meus companheiros aí que estão detidos temos acesso a todas as acusações que são feitas sobre nós.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Então, mesmo não tendo conhecimento sobre as acusações que são feitas a V.Sa. e a sua empresa, quer dizer, é proposto um acordo de delação sem que V.Sa. tenha conhecimento do que está sendo acusado?

**O SR. MARCELO BAHIA ODEBRECHT** - Sim, na primeira conversa.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Tá. Eu só queria ter clareza dessa resposta que V.Sa. deu ao outro Parlamentar.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Não havendo mais Deputados inscritos, indago se o Marcelo deseja fazer alguma consideração final. Não havendo, V.Sa. está dispensado. Desde já lhe agradeço, porque V.Sa. foi o único representante da empresa que ainda colaborou de alguma forma com os questionamentos dos Parlamentares.

Como Presidente desta CPI, a nossa obrigação é agradecer-lhe pela colaboração, mesmo que mínima, em virtude da sua estratégia de defesa, mas agradecer-lhe por aquilo que foi possível colaborar com os nossos trabalhos.

**O SR. MARCELO BAHIA ODEBRECHT** - Só queria agradecer a oportunidade e lamentar, infelizmente, não poder, por conta do momento, digamos assim, do processo penal, estar falando mais sobre..., ou talvez esclarecendo mais os senhores e a opinião pública.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - V.Sa. está dispensado.

**O SR. MARCELO BAHIA ODEBRECHT** - Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Já convido o Sr. Celso Araripe D'Oliveira a tomar assento à mesa. (*Pausa prolongada.*)

Advirto que V.Sa. será ouvido na qualidade de investigado, tendo em vista o teor dos requerimentos aprovados e também a decisão judicial proferida no *habeas corpus* impetrado em seu favor. Ser-lhe-ão garantidos todos os direitos



constitucionais inerentes a sua condição, inclusive a de permanecer em silêncio e ser assistido pelo seu defensor constituído.

Informo a V.Sa. que a sua colaboração para a elucidação dos fatos certamente terá efeito nas conclusões desta CPI e que a versão apresentada nesta assentada poderá atrair para V.Sa. outros benefícios que a lei lhe garante.

Peço a atenção das senhoras e dos senhores para as normas estabelecidas no Regimento Interno da Casa. O tempo concedido aos convidados será de até 20 minutos, prorrogáveis a juízo da Comissão, não podendo ser aparteados.

Os Deputados interessados em interpelá-los deverão inscrever-se previamente junto à Secretaria.

Com a palavra, por até 20 minutos, o Sr. Celso Araripe D'Oliveira.

**O SR. CELSO ARARIPE D'OLIVEIRA** - Boa tarde! Conforme orientação do meu advogado, vou exercer o meu direito de me manter em silêncio.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Com a palavra o Deputado Luiz Sérgio.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - V.Sa. poderia descrever a sua carreira na PETROBRAS?

**O SR. CELSO ARARIPE D'OLIVEIRA** - Conforme orientação do meu advogado, vou exercer o meu direito de me manter em silêncio.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - V.Sa. exerceu a função de Gerente de Implementação de Empreendimentos? Quais empreendimentos foram gerenciados por V.Sa.?

**O SR. CELSO ARARIPE D'OLIVEIRA** - Deputado, vou exercer o meu direito de me manter em silêncio.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Sr. Presidente, mantendo a mesma postura com os outros depoentes que optaram pelo direito ao silêncio, eu retorno a palavra para V.Exa. Se houver necessidade, eu retomo a palavra em outro momento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Com a palavra o primeiro Sub-Relator, Deputado Altineu Côrtes.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Sr. Celso, já ouviu aquele ditado de que a corda estoura do lado mais fraco? O senhor devia pensar bastante. O senhor



tem família, porque os envolvidos nessa questão são empresários fortíssimos. O senhor, como funcionário da PETROBRAS, está também sujeito às delações premiadas que estão acontecendo, às colaborações premiadas, aos acordos de colaboração.

Então, eu estou vendo que o senhor está disposto aqui a não responder às perguntas. Há quantos anos o senhor trabalha na PETROBRAS?

**O SR. CELSO ARARIPE D'OLIVEIRA** - No momento, eu não sou mais funcionário da PETROBRAS.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Eu até gostaria de dizer que obviamente o senhor tem direito de responder ao que quiser, mas acho que há algumas coisas que o senhor não perde nada, e a defesa do senhor talvez não tenha nenhum tipo de problema.

Com quem o senhor tratava do Grupo Odebrecht?

**O SR. CELSO ARARIPE D'OLIVEIRA** - Vou manter o meu direito de permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - O senhor é sócio de alguma empresa que prestou serviço direta ou indiretamente para a PETROBRAS?

**O SR. CELSO ARARIPE D'OLIVEIRA** - Deputado, vou permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - O senhor conhece o Sr. Paulo Bogossian?

**O SR. CELSO ARARIPE D'OLIVEIRA** - Vou permanecer em silêncio, Deputado.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Eu vou, então, Sr. Presidente, só registrar as minhas perguntas dessa oitava.

Quero dizer ao senhor que pense no que está acontecendo. O Marcos Valério está preso. Ele não colaborou. Hoje, o Pedro Barusco, que foi companheiro do senhor na PETROBRAS, possivelmente durante o tempo em que o senhor trabalhou lá, estava lá em Angra, na praia, outro dia. O Paulo Roberto Costa está solto. O Alberto Youssef rapidamente vai sair da prisão. O Julio Camargo, diversos outros executivos estão soltos. O senhor, que talvez nesse processo representasse um



pequeno assunto, está preso. Será que é justo a família do senhor passar por isso? O senhor que teria tanto a colaborar!

Enfim, eu acho que o senhor deveria pensar nesse assunto, até para a sua própria vida daqui para frente. O senhor estaria fazendo um bem para o Brasil se dissesse: funcionava assim, assim, assado, acabei me envolvendo, foi isso, isso, isso, aquilo, reconhecendo os seus erros, porque passa, a partir de um determinado momento, a não interessar mais ao Ministério Público Federal, nem ao Juiz Sérgio Moro, o entendimento de ter uma colaboração premiada.

Então, eu quero deixar aqui a minha palavra para o senhor tomar o cuidado de não perder este momento. Se o senhor perder este momento, o senhor poderá passar, se condenado, alguns anos preso, quando outras pessoas que tiveram um papel ainda muito mais significativo que o senhor já estão soltas e estarão soltas.

Então, eu gostaria que o senhor refletisse sobre isso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa. Com a palavra o segundo Sub-Relator, Deputado Bruno Covas.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Sr. Celso, boa tarde!

**O SR. CELSO ARARIPE D'OLIVEIRA** - Boa tarde.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - O senhor pode confirmar se o senhor era o gerente local da obra de construção do prédio do centro administrativo da PETROBRAS em Vitória, Espírito Santo?

**O SR. CELSO ARARIPE D'OLIVEIRA** - Eu confirmo que vou me manter em silêncio, Deputado.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - O senhor não pode nem confirmar se era o gerente administrativo?

**O SR. CELSO ARARIPE D'OLIVEIRA** - Em que ano?

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - A partir de junho de 2010.

**O SR. CELSO ARARIPE D'OLIVEIRA** - Sim.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Há denúncia de que houve pagamento de propina, no caso, "pixuleco", por parte do consórcio responsável pela obra. O senhor conhece essa denúncia?

**O SR. CELSO ARARIPE D'OLIVEIRA** - Vou continuar em silêncio, Deputado.



**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - O senhor pode dizer, então, quais eram as suas atribuições nesse cargo relativo à construção desse Centro Administrativo em Vitória?

**O SR. CELSO ARARIPE D'OLIVEIRA** - Deputado, vou permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - V.Sa. nega ou confirma que recebeu vantagem financeira em razão dessa obra?

**O SR. CELSO ARARIPE D'OLIVEIRA** - Nego. Vou permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - O senhor nega, então?

**O SR. CELSO ARARIPE D'OLIVEIRA** - Já respondi.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Consta que nesse período em que o senhor foi diretor da construção desse centro, V.Sa. adquiriu dois apartamentos que somaram 3 milhões e 700 mil reais. É correto isso?

**O SR. CELSO ARARIPE D'OLIVEIRA** - Deputado, vou permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - A dúvida é muito grande, porque consta que desses 3 milhões e 700 mil, o senhor desembolsou 2 milhões e 120 mil e financiou 1 milhão e 600 mil. Desses 2 milhões e 120 mil que o senhor desembolsou, 1 milhão e 350 mil se referem à venda de outro apartamento. Faltam 800 mil que o senhor tinha em espécie. O senhor pode declarar a origem desses 800 mil reais?

**O SR. CELSO ARARIPE D'OLIVEIRA** - Deputado, vou permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Eram essas as perguntas a fazer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Concedo a palavra ao Deputado Valmir Prascidelli, o próximo Sub-Relator. *(Pausa.)*

Não irá fazer uso da palavra.

A autora, Deputada Eliziane Gama, está ausente.

Concedo a palavra ao Deputado Delegado Waldir, que é o primeiro membro da Comissão inscrito para fazer uso da palavra.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Obrigado, Sr. Presidente.



Nobre advogado, Sr. Celso Araripe D'Oliveira, pelo que ouvi aqui na investigação que a gente tem realizado e o trabalho da nossa assessoria do PSDB, que é uma assessoria brilhante, que nos tem auxiliado muito, eu vi que o senhor é um peixe pequeno. Provavelmente, o senhor viu toda a gama, a história de corrupção que tinha dentro da empresa. *“Se o presidente faz, se os diretores fazem, se o mundo político tem feito, parte do mundo político tem feito, se tem ido dinheiro de propina para as campanhas, eu vou mexer nesse doce aí.”*

Aí eu vou fazer uma pergunta direta. Na época em que o senhor era diretor... É uma pergunta simples, que talvez não tenha influência nem nada. Eu gostaria de saber, se possível, qual era o salário do senhor na PETROBRAS, na época em que o senhor era funcionário?

**O SR. CELSO ARARIPE D'OLIVEIRA** - Deputado, vou permanecer em silêncio. Só uma correção: eu não era diretor, era Gerente de Empreendimento nessa época.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Obrigado pela correção.

O salário era mais de 100 mil?

**O SR. CELSO ARARIPE D'OLIVEIRA** - Deputado, vou permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - O.k. Qual o cargo mesmo? Gerente. Diga-me uma coisa: todos os gerentes tinham conhecimento desse cartel de empresas que funcionavam na PETROBRAS? Inclusive, eu vi que vários ex-funcionários acabaram constituindo empresas e participavam dessa dilapidação do patrimônio da PETROBRAS. Era isso que acontecia efetivamente?

**O SR. CELSO ARARIPE D'OLIVEIRA** - Deputado, vou permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - A PETROBRAS é uma empresa que paga, sempre pagou e continua pagando excelentes salários. Tem técnicos qualificados, sem dúvida nenhuma, mas eu percebi que quanto mais a pessoa ganha mais ela quer ganhar. Ao ver facilidade nessa propina, bons salários nem sempre significam que a pessoa não vai se corromper.

Eu gostaria de saber se o senhor teria um remédio para que tivesse sido evitada a entrada dessas empresas nessa história de corrupção de funcionário? O



senhor teria alguma alternativa, algum remédio para evitar que tanto dinheiro de propina fosse jogado fora? O povo brasileiro está sem educação, sem segurança, sem saúde. O senhor teria alguma sugestão para dar a esta Comissão?

**O SR. CELSO ARARIPE D'OLIVEIRA** - Deputado, vou continuar exercendo o meu direito de me manter em silêncio.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Concedo a palavra ao Deputado Aluisio Mendes, que é o próximo inscrito.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Celso eu vou fazer algumas perguntas que em nada vão comprometer a sua defesa. Eu gostaria que o senhor consultasse o seu advogado com relação a respondê-las.

O senhor ainda é funcionário da PETROBRAS?

**O SR. CELSO ARARIPE D'OLIVEIRA** - Não, Sr. Deputado. Fui demitido no dia 30 de julho.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - A razão da sua demissão da PETROBRAS foi em função dessa investigação com relação a sua prisão?

**O SR. CELSO ARARIPE D'OLIVEIRA** - Não me foi dado conhecimento.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - O senhor conhecia, durante o período em que foi funcionário da PETROBRAS, o Sr. Pedro Barusco? O senhor o conhecia profissionalmente?

**O SR. CELSO ARARIPE D'OLIVEIRA** - Vou continuar exercendo o meu direito de me manter em silêncio.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Não vai afetar em nada a sua defesa saber se o senhor conhecia ou não o Sr. Pedro Barusco dentro da estrutura da empresa. O senhor o conhecia, nem que fosse de vista, dentro da empresa?

**O SR. CELSO ARARIPE D'OLIVEIRA** - Já respondi, Deputado.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - O senhor, quando foi preso, já prestou algum depoimento à Polícia Federal, ao Ministério Público ou ao Juiz Sérgio Moro?

**O SR. CELSO ARARIPE D'OLIVEIRA** - Já prestei depoimento na Polícia Federal e ao Juiz Sérgio Moro como testemunha de defesa.



**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - O senhor se encontra preso na Superintendência da Polícia Federal?

**O SR. CELSO ARARIPE D'OLIVEIRA** - Não, Sr. Deputado.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Já está no presídio?

**O SR. CELSO ARARIPE D'OLIVEIRA** - No CMP, Deputado.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - No CMP.

No momento em que o senhor foi ouvido pela Polícia Federal, foi oferecida ao senhor a oportunidade de celebrar um acordo de colaboração premiada? Chegou a ser oferecida ao senhor essa oportunidade?

**O SR. CELSO ARARIPE D'OLIVEIRA** - Não.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Não foi oferecida.

Era só isso que eu queria perguntar, Sr. Presidente. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço ao Deputado Aluisio Mendes.

O Deputado Alberto Filho é o próximo inscrito, a quem concedo a palavra.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO FILHO** - Sr. Presidente, vou declinar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Com a palavra o Deputado Celso Pansera.

**O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA** - O senhor era servidor de carreira da PETROBRAS?

**O SR. CELSO ARARIPE D'OLIVEIRA** - Sim, Sr. Deputado.

**O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA** - Desde que ano?

**O SR. CELSO ARARIPE D'OLIVEIRA** - Entrei em 7 de janeiro de 1987.

**O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA** - Qual a sua formação?

**O SR. CELSO ARARIPE D'OLIVEIRA** - Sou engenheiro mecânico, Deputado.

**O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA** - A sua promoção, a sua assunção para Gerente de Empreendimento se deu por que motivos? Através de quem? De que setor? De que diretoria?

**O SR. CELSO ARARIPE D'OLIVEIRA** - Deputado, isso já consta em meu depoimento à Polícia Federal. Eu vou continuar exercendo o meu direito de me manter em silêncio.



**O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA** – Deixe-me falar uma coisa: nesse processo da CPI da PETROBRAS tem horas que a gente começa a duvidar um pouquinho da capacidade técnica do corpo da PETROBRAS, tamanho o número de problemas que os projetos tinham e o grau de aditivos desses projetos que foram sendo adendados ao longo dos investimentos.

No caso da obra que o senhor foi gerente, o senhor recebeu já o projeto executivo pronto ou partiu de um projeto básico para a construção de um investimento?

**O SR. CELSO ARARIPE D'OLIVEIRA** - Deputado, no momento, eu não sou mais empregado da PETROBRAS. Não me parece prudente me manifestar pela empresa no momento.

**O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA** - Não, mas naquele momento o senhor era funcionário da PETROBRAS. Certo? O senhor foi demitido por algum motivo, conforme disse, que desconhece, mas recebeu um memorando descritivo, um conjunto de informações e um contrato assinado para realização da obra. Esse projeto já era o projeto executivo ou era o projeto básico, como nós vimos isso em outros investimentos da PETROBRAS?

**O SR. CELSO ARARIPE D'OLIVEIRA** - Vou manter o meu direito de permanecer em silêncio, Deputado.

**O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA** – Deixe-me fazer outra pergunta. Por exemplo, no caso do COMPERJ ficou comprovado que o início da obra do investimento, com se deu a partir de um projeto básico, ao longo do desenvolvimento desse projeto foi encontrada uma série de dificuldades, de incoerências, de inconsistências, que precisou ser corrigida ao longo desse processo, que elevou um custo do projeto. Hoje em dia, ele é um projeto inviável, inclusive do ponto de vista econômico.

No caso da construção do Centro Administrativo em Vitória, o senhor detectou algum tipo de falha nesse sentido? Nós vamos sugerir alterações no processo de contratação da PETROBRAS, a partir do relatório desta CPI. O senhor poderia, sem entrar na questão criminal, até porque o senhor tem um *habeas corpus* para não falar aqui, agora, sugerir mudanças ou faria observações sobre o contrato e o projeto do qual iniciou o investimento em que o senhor foi o gerente?



**O SR. CELSO ARARIPE D'OLIVEIRA** - Deputado, vou manter o meu direito de permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA** - O.k. Sr. Presidente, era isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço ao Deputado Celso Pansera.

O Deputado Carlos Andrade é o próximo inscrito. V.Exa. tem a palavra.

**O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE** - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Depoente, o seu nome completo é Celso Araripe d'Oliveira?

**O SR. CELSO ARARIPE D'OLIVEIRA** - Sim, Deputado.

**O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE** - Eu teria só duas perguntas, Sr. Celso. Na condição de testemunha, V.Sa. negou ter conhecimento do recebimento de propina recebida por Renato Duque. Pouco tempo depois, V.Exa. é preso por ter recebido 1 milhão e 400 mil. O senhor confirma isso?

**O SR. CELSO ARARIPE D'OLIVEIRA** - Vou continuar em silêncio, Deputado.

**O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE** - Esse recebível seria pelo aditivo aprovado na obra da sede da PETROBRAS, em Vitória?

**O SR. CELSO ARARIPE D'OLIVEIRA** - Deputado, vou manter o meu direito de ficar em silêncio.

**O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE** - Além do recebimento de propina por Renato Duque, que é evidente e que o senhor sabia, consegue informar outros agentes políticos que receberam propinas que ainda não foram denunciados?

**O SR. CELSO ARARIPE D'OLIVEIRA** - Vou manter o meu direito de ficar em silêncio, Deputado.

**O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE** - V.Sa. chegou a pensar que sairia ileso das investigações?

**O SR. CELSO ARARIPE D'OLIVEIRA** - Vou manter o meu direito de permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE** - Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Tem a palavra o Deputado Augusto Coutinho, o próximo inscrito.



**O SR. DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO** - Presidente, eu não vou fazer nenhuma pergunta. É inócuo. O depoente vai permanecer calado. Eu queria fazer algumas colocações quanto à CPI.

Primeiro, eu acho que nesta CPI, é fato, nós temos uma situação diferente, ou seja, há muitas delações premiadas, inclusive, em muitas ocasiões, nós não temos as informações que a própria Justiça tem, e o processo já vem correndo na Polícia Federal. Isso é, sem dúvida, uma dificuldade que nós vemos. Muitas vezes, há críticas na imprensa de que a CPI não vai dar em nada. Eu discordo disso. Eu acho que há avanços, sim, mas tem uma coisa com que nós podemos contribuir ainda mais. É esta a minha sugestão, Presidente.

Muitas vezes, a quebra de um sigilo fiscal, telefônico, por parte da Justiça, é muito morosa, muito demorada. Eu acho que nós podemos, sim, contribuir com a Polícia Federal e até com a Justiça, já encaminhando muitas coisas que têm envolvimento, ou seja, entre as pessoas que estão envolvidas nesse processo. Então, deixo aqui a nossa sugestão para que inclusive internamente nós façamos uma avaliação sobre isso. A CPI tem um prazo, nós precisamos cumprir esse prazo. Eu acho que nós precisamos, dentro desse atual contexto, tentar oferecer o máximo de informações que venham a contribuir para o processo ser elucidado de uma forma clara, que é o que o povo brasileiro quer ver na CPI da PETROBRAS. Era esta a nossa sugestão quanto à questão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Com certeza, Deputado, vamos acolher a sugestão de V.Exa., com a sua experiência de vários mandatos que teve lá na Assembleia de Pernambuco e também no Congresso Nacional para que possamos evoluir naquilo que for possível, para que a CPI possa apresentar o melhor resultado possível, não só ao Congresso Nacional, mas à sociedade brasileira, que nutre em nós uma oportunidade de ver cada vez mais o nosso País avançar no combate à corrupção.

Com a palavra o Deputado Kaio Maniçoba. *(Pausa.)*

Com a palavra o Deputado Júlio Delgado. *(Pausa.)*

Deputado Fernando Monteiro, V.Exa. deseja fazer uso da palavra? *(Pausa.)*

Então, não havendo mais Deputados inscritos...



**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Eu queria só complementar uma pergunta que eu fiz ao Celso, se fosse possível, Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Pois não.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - O senhor disse que foi demitido da PETROBRAS, sem direito à defesa, não é? Essa sua demissão ocorreu posterior à sua prisão, correto?

**O SR. CELSO ARARIPE D'OLIVEIRA** - Foi antes, Deputado.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Foi antes da sua prisão.

O senhor disse que não foi oferecido o direito à defesa. O senhor não atuou no Processo Administrativo Disciplinar que ensejou a sua demissão? O senhor não foi ouvido, não apresentou defesa?

**O SR. CELSO ARARIPE D'OLIVEIRA** - Deputado, houve um momento em que eu fui ouvido. Na sequência do processo, ele é confidencial dentro da empresa. Eu não tive conhecimento da conclusão.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - O senhor disse que não tinha sido ouvido, não tinha participado. Então, houve um Processo Administrativo Disciplinar. No bojo desse processo, o senhor foi ouvido, e a decisão foi pela sua demissão. Correto?

**O SR. CELSO ARARIPE D'OLIVEIRA** - Houve uma comissão, que não tem a competência de decidir a sanção.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Bom, eu acho difícil para uma empresa, como a PETROBRAS, iniciar um Processo Administrativo Disciplinar, o que ensejou na sua demissão, através de uma comissão que não tivesse competência para decidir. Eu acho muito difícil que isso tenha acontecido. O senhor está dizendo que a comissão que foi instaurada para ouvi-lo e para apurar algum tipo de desvio de função do senhor não tinha competência para a sua demissão, segundo o estatuto da PETROBRAS?

**O SR. CELSO ARARIPE D'OLIVEIRA** - Exatamente o que eu respondi, Deputado.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Que tipo de crime ou de desvio de função foi imputado ao senhor que ensejou essa demissão? Se o senhor foi ouvido,



o senhor deve ter sido confrontado. O que ensejou a sua demissão? Qual foi o fator determinante que ensejou a sua demissão da PETROBRAS?

**O SR. CELSO ARARIPE D'OLIVEIRA** - Deputado, não tenho conhecimento. Inclusive, foi pedido à PETROBRAS o relatório da comissão, a que eu não tive acesso.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Está certo. Estou satisfeito, Presidente. Muito obrigado.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Sr. Presidente, só para contribuir, eu fui indagado, nas ruas aqui em Curitiba, por algumas pessoas que questionam esse silêncio dos acusados. É um direito constitucional as pessoas permanecerem em silêncio, mas isso não implica que muitas delas estejam atrás das grades, através de outras provas, como provas testemunhais e escutas telefônicas.

Eu sei também que a imprensa e o povo brasileiro ficam ansiosos para saber toda a verdade da Operação Lava-Jato, mas nem todas as verdades vão ser trazidas à luz neste momento. A própria CPI e a Polícia Federal têm feito um trabalho de investigação de bastidores, nem todas as informações são trazidas aqui no momento, mas tudo vai ser trazido no momento certo. Isso não impede de as condenações ocorrerem. É um direito sagrado das pessoas permanecerem caladas, é uma cláusula pétrea inclusive, mas isso não implica que as pessoas não sejam condenadas nem que elas estejam assumindo a culpa. Quero deixar isso bem claro para as pessoas, porque algumas pessoas têm me questionado, são leigas, dizendo: "*Olha, mas ele não falou nada*", mas isso não prejudica em nada o restante da produção de provas. Eu me deparei muitas vezes com isso durante a minha carreira como delegado, mas isso não prejudicou a condenação posterior dessas pessoas.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Eu agradeço a V.Exa., que vem aqui, de forma muito contundente, mostrando até conhecimento de causa, por ser um delegado que está agora Deputado Federal, e traz a experiência daquele que vem enfrentando, principalmente, o crime organizado lá em Goiás, o que sem dúvida alguma fez com que V.Exa. fosse o Deputado mais votado da história daquele



Estado. V.Exa. vai disputar a Prefeitura de Goiânia. Eu espero que tenha sucesso na luta, porque é um competente Deputado.

Sem dúvida alguma, a CPI muitas vezes não avança da maneira que nós Parlamentares queremos quando nos deparamos com decisões judiciais que a nós cabe cumprir, mas resta termos persistência para seguir em frente e buscar atingir o nosso objetivo, que é a elaboração de um relatório que tenha, na verdade, contundência. O Deputado Luiz Sérgio, com certeza, está fazendo isso com muita experiência, Parlamentar de vários mandatos que é, pedindo a punição dos eventuais culpados que prejudicaram a PETROBRAS, que desviaram recursos públicos, podendo dar à PETROBRAS as condições de ela novamente vir a apresentar resultados positivos, aprimorando a legislação, dando competitividade à empresa, defendendo-a para que ela não fique vulnerável a novos processos de corrupção, para que novos processos de corrupção não voltem a acontecer.

Nós podemos também debater sobre o funcionamento das CPIs, como o Deputado Celso tem colocado, e sobre a evolução dos nossos trabalhos, porque, da mesma forma que a legislação penal e civil têm evoluído no nosso País, acredito que o funcionamento do Parlamento brasileiro — das Comissões Parlamentares de Inquérito e de diversas outras ferramentas que o Congresso tem para fiscalizar, para acompanhar, para elaborar leis —, tenha também essa atualização, visando ao bom funcionamento do Poder Legislativo.

Sr. Celso, o senhor está dispensado da nossa CPI.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a reunião.